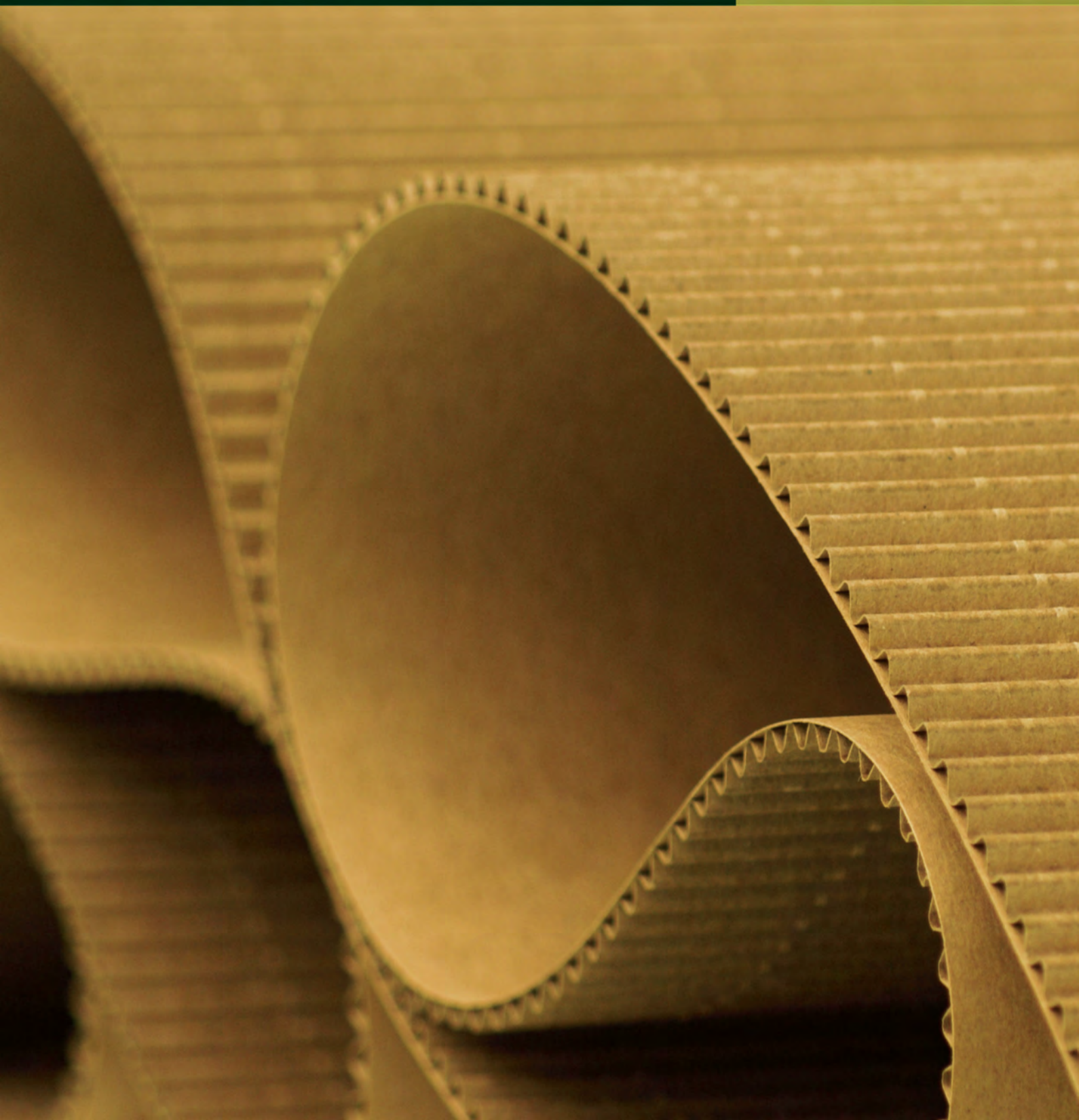
Celulose Irani S.A.

Relatório **Financeiro** 2009



Sumário

Parecer dos auditores independentes	5
Balanços patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas	15
Mensagem aos acionistas	48

Parecer
dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da Celulose Irani S.A.

Porto Alegre – RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Celulose Irani S.A. (individuais e consolidados), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celulose Irani S.A., em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem em alguns aspectos significativos das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Exceto pela não apresentação comparativa da reconciliação para o IFRS, as informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças de práticas contábeis estão apresentadas na Nota 29 das demonstrações financeiras. Conforme mencionado na Nota 29, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o lucro líquido determinados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS não representa uma adoção na íntegra de IFRS, pois a Companhia não apresentou demonstrações financeiras completas de acordo com as IFRS, de forma a incluir todas as divulgações necessárias, e não afirmou o pleno atendimento às IFRS; portanto, em uma futura apresentação de demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, os saldos de abertura do patrimônio líquido apresentados nessa reconciliação poderão ser diferentes.

Porto Alegre, 8 de março de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8 F-RS

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC n°. 1SP 088.438/0-9/S/RS

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.913	1.226	3.025	1.370
Contas a receber de clientes	6	59.227	48.496	61.457	49.364
Estoques	7	31.761	33.571	32.659	35.616
Impostos a recuperar	8	6.755	12.273	6.775	12.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	576	2.884	576	2.884
Dividendos a receber	12	5.969	2.541	-	-
Bancos conta vinculada	9	12.202	3.340	12.202	3.340
Outras contas a receber	10	10.908	9.330	10.948	9.551
		130.311	**113.661**	**127.642**	**114.914**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	8	5.038	8.111	5.038	8.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	13.397	42.288	13.397	42.288
Outras contas a receber	10	1.434	-	1.664	242
Créditos com pessoas ligadas	20	2.730	3.676	-	-
Investimentos	12	73.925	30.512	937	-
Imobilizado	13	278.067	341.429	337.005	362.832
Intangível	14	33.543	33.543	33.543	33.543
Diferido	15	1.163	1.552	1.163	1.552
		409.297	**461.111**	**392.747**	**448.626**
TOTAL DO ATIVO		**539.608**	**574.772**	**520.389**	**563.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	134.775	112.690	134.775	112.990
Fornecedores	17	37.196	41.427	37.352	41.482
Obrigações sociais e previdenciárias		7.144	6.588	7.184	6.974
Obrigações tributárias		7.309	6.149	7.826	6.434
Provisão para contingências	21	1.038	4.777	1.038	4.777
Parcelamentos tributários	18	3.485	3.763	3.620	3.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	7.422	-	7.422	-
Adiantamento de clientes		569	1.310	1.547	1.626
Partes relacionadas	20	306	6.968	306	6.968
Dividendos a pagar	22.c	3.872	32	3.872	32
Outras contas a pagar		11.734	5.274	7.486	5.203
		214.850	**188.978**	**212.428**	**190.366**
NÃO CIRCULANTE **Exigível à longo prazo**					
Empréstimos e financiamentos	16	168.725	255.063	168.725	255.063
Partes relacionadas	20	17.755	14.713	-	1.161
Provisão para contingências	21	19.850	52.132	20.094	52.387
Parcelamentos tributários	18	13.581	11.663	14.292	12.397
Impostos diferidos sobre reavaliação	13	2.009	2.223	2.009	2.223
Obrigações tributárias		588	-	588	-
Outras contas a pagar		1.048	-	1.048	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	11.098	-	11.098	-
		234.654	**335.794**	**217.854**	**323.231**
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		**-**	**-**	**3**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.a	63.381	63.381	63.381	63.381
Ações em tesouraria	22.a	(80)	(44)	(80)	(44)
Reserva de reavaliação		14.379	15.993	14.379	15.993
Reserva legal		814	-	814	-
Reserva de retenção de lucros		11.610	-	11.610	-
Prejuízos acumulados		-	(29.330)	-	(29.387)
		90.104	**50.000**	**90.104**	**49.943**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**539.608**	**574.772**	**520.389**	**563.540**

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE PRODUTOS		**465.948**	**475.949**	**482.978**	**485.632**
Deduções de vendas		(101.645)	(97.849)	(102.192)	(97.241)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		**364.303**	**378.100**	**380.786**	**388.391**
Custo dos produtos vendidos		(281.366)	(293.274)	(288.026)	(297.894)
LUCRO BRUTO		**82.937**	**84.826**	**92.760**	**90.497**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas		(38.269)	(41.046)	(38.188)	(40.605)
Gerais e administrativas		(33.557)	(35.059)	(36.771)	(38.447)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	13.405	(91.098)	12.588	(91.189)
Outras receitas operacionais	24	58.310	13.177	58.386	13.234
Outras despesas operacionais	24	(18.329)	(14.193)	(18.071)	(15.028)
Resultado da equivalência patrimonial	12	5.712	1.378	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS E DAS PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES E ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**70.209**	**(82.015)**	**70.704**	**(81.538)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	-	-	(437)	(301)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	(26.197)	27.913	(26.197)	27.913
Participação dos administradores		-	-	-	(310)
Participação de acionistas minoritários		-	-	(1)	13
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**44.012**	**(54.102)**	**44.069**	**(54.223)**
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R$		**5,43**	**(6,68)**	**5,44**	**(6,69)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Yale
Veractor I 8
Yale
05

Demonstração das mutações do patrimônio líquido de dezembro de 2009 e de 2008

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		**63.381**	**(321)**
Ajuste de exercícios anteriores	22.b	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - AJUSTADO		**63.381**	**(321)**
Ações em tesouraria	22.a	-	277
Realização da reserva de reavaliação		-	-
Prejuízo do exercício		-	-
Compensação de prejuízos		-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		**63.381**	**(44)**
Ações em tesouraria	22.a	-	(36)
Realização da reserva de reavaliação		-	-
Lucro do exercício		-	-
Destinações propostas			
Reserva legal		-	-
Dividendos propostos	22.c	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		**63.381**	**(80)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Unidade Embalagem SC – Vargem Bonita (SC)

(controladora) para os exercícios findos em 31

(em milhares de reais)

	Reservas de lucros			
Reservas de reavaliação	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
16.476	**2.698**	**18.825**	**-**	**101.059**
-	-	2.766	-	2.766
16.476	**2.698**	**21.591**	**-**	**103.825**
-	-	-	-	277
(483)	-	-	483	-
-	-	-	(54.102)	(54.102)
-	(2.698)	(21.591)	24,289	-
15.993	**-**	**-**	**(29.330)**	**50.000**
-	-	-	-	(36)
(1.614)	-	-	1.614	-
-	-	-	44.012	44.012
-	814	-	(814)	-
-	-	-	(3.872)	(3.872)
-	-	11.610	(11.610)	-
14.379	**814**	**11.610**	**-**	**90.104**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		44.012	(54.102)	44.069	(54.223)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão	13 – 15	39.233	33.896	40.311	36.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.197	(27.665)	26.197	(27.665)
Resultado na alienação de ativo permanente	24	(23.142)	(1.026)	(23.142)	(1.026)
Equivalência patrimonial	12	(5.712)	(1.378)	-	-
Provisão para contingências		13.190	10.509	13.179	10.764
Provisão para devedores duvidosos		637	2.441	688	2.441
Baixa diferido		-	1.731	-	1.731
Outras provisões		4.402	901	4.402	897
Participação de acionistas não controladores		-	-	3	-
Benefícios REFIS	18	(18.367)	-	(18.367)	-
Variações monetárias e encargos		(25.194)	89.485	(25.175)	87.915
		55.256	**54.792**	**62.165**	**57.140**
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(11.368)	(3.473)	(12.781)	(4.150)
Estoques		1.810	(2.538)	2.957	(4.270)
Impostos a recuperar		8.591	(8.161)	9.145	(8.117)
Outras contas a receber		(10.928)	(15.168)	(12.618)	(9.062)
Dividendos recebidos		2.541	768	-	-
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		(4.231)	7.107	(4.130)	7.258
Salários e encargos a pagar		556	(144)	210	30
Adiantamentos de clientes		(741)	911	(79)	1.200
Obrigações tributárias		(5.120)	(220)	(4.912)	(310)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(32.834)	(33.425)	(32.834)	(33.425)
Outras contas a pagar		-	(1.272)	(1.071)	(1.408)
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais		**3.532**	**(823)**	**6.052**	**4.886**

findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado	13	(19.857)	(128.154)	(20.297)	(129.435)
Aquisição de investimentos		(903)	1.000	-	-
Recebimentos com alienação de ativos	24	29.344	1.527	29.344	1.527
Mútuos com pessoas ligadas		(5.108)	(8.001)	(7.823)	(12.132)
Ações em tesouraria	22.a	(36)	-	(36)	-
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades de investimento		**3.440**	**(133.628)**	**1.188**	**(140.040)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos		(32)	(42)	(32)	(42)
Empréstimos captados		115.174	167.810	115.174	168.110
Empréstimos pagos		(120.427)	(91.086)	(120.727)	(91.086)
Caixa líquido (aplicado nas) obtido das atividades de financiamento		**(5.285)**	**76.682**	**(5.585)**	**76.982**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE DISPONIBILIDADES NO EXERCÍCIO		**1.687**	**(57.769)**	**1.655**	**(58.172)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		**1.226**	**58.995**	**1.370**	**59.542**
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO		**2.913**	**1.226**	**3.025**	**1.370**
Informações complementares:					
– Pagamento de imposto de renda e contribuição social		2.029	5.422	2.497	5.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Unidade Papel, Embalagem SC e Vila Campina da Alegria – Vargem Bonita (SC)

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
1. RECEITAS	**523.621**	**494.378**	**540.672**	**504.123**
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	465.948	475.949	482.978	485.632
1.2) Outras receitas	58.310	13.177	58.386	13.234
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	7.693	-	7.693
1.4) Provisão para devedores duvidosos - Constituição	(637)	(2.441)	(692)	(2.436)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**361.850**	**312.344**	**367.473**	**316.234**
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	283.940	240.749	284.668	237.957
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	77.910	71.595	82.805	78.277
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**161.771**	**182.034**	**173.199**	**187.889**
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**39.233**	**33.896**	**40.311**	**36.306**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**122.538**	**148.138**	**132.888**	**151.583**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**81.222**	**38.072**	**75.538**	**36.746**
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	5.712	1.378	-	-
6.2) Receitas financeiras	75.510	36.694	75.538	36.746
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**203.760**	**186.210**	**208.426**	**188.329**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**203.760**	**186.210**	**208.426**	**188.329**
8.1) Pessoal	57.658	62.070	58.617	63.401
8.1.1 - Remuneração direta	44.866	52.547	45.688	53.778
8.1.2 - Benefícios	9.660	7.966	9.768	8.046
8.1.3 - F.G.T.S.	3.132	1.557	3.161	1.577
8.2) Impostos, taxas e contribuições	34.058	39.219	36.711	39.877
8.2.1 - Federais	23.083	23.865	24.749	23.932
8.2.2 - Estaduais	10.604	14.979	11.486	15.518
8.2.3 - Municipais	371	375	476	427
8.3) Remuneração de capital de terceiros	68.032	139.023	69.029	139.274
8.3.1 - Juros	62.105	132.303	62.950	132.448
8.3.2 - Aluguéis	5.927	6.720	6.079	6.826
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	44.012	(54.102)	44.069	(54.223)
8.4.1 - Dividendos	3.872	-	3.872	-
8.4.2 - Lucros (prejuízos) do exercício retidos	40.140	(54.102)	40.198	(54.236)
8.4.3 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	(1)	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

CELULOSE IRANI S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. Contexto Operacional

A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de móveis em geral com predominância de madeira, bem como a industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

A Companhia está em processo de emissão de debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, cuja colocação deverá ser feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição no valor máximo de emissão de R$ 100 milhões (cem milhões de reais). Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas de curto prazo e/ou dispêndios realizados e a realizar dentro das atividades da Companhia. As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de emissão e serão amortizadas em 8 (oito) parcelas semestrais a partir do 18° (décimo oitavo) mês seguinte à data da emissão. Com esta emissão a Companhia entende que ajusta o perfil do endividamento de curto prazo que consta destas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão das presentes demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 2 de março de 2010 as quais serão submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o advento da Lei nº. 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Durante 2009 foram emitidos 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

A Administração da Sociedade optou pela aplicação integral dos novos pronunciamentos apenas em 2010 e estima que os seguintes pronunciamentos poderão gerar impactos nas suas demonstrações financeiras:

• Ativo imobilizado (CPC 27 e ICPC 10) – A Companhia estima que o valor justo das terras tenha como efeito em 31 de dezembro de 2009 aumento do Ativo Imobilizado no valor de R$ 142.243, aumento do Patrimônio Líquido no valor de R$ 93.880 e aumento dos Impostos Diferidos Passivos no valor de R$ 48.363.

• Ativo biológico (CPC 29) – A Companhia estima que o valor justo dos Ativos Biológicos tenha como efeitos em 31 de dezembro de 2009 aumento do Ativo Imobilizado no valor de R$ 147.633, aumento do Patrimônio Líquido no valor de R$ 113.941 e aumento dos Impostos Diferidos Passivos no valor de R$ 33.692.

• Divulgação da demonstração do resultado abrangente (CPC 26).

• Divulgação de informações por segmento (CPC 22).

Para os demais Pronunciamentos, a Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º. de janeiro de 2010, a Companhia

deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia e de suas controladas, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

3 Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, conforme descrito na nota explicativa n°. 5.

b) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização.

d) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

e) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação efetuada em 1994 e deduzido da depreciação e exaustão. A contrapartida das reavaliações foi registrada em conta própria no patrimônio líquido, pelo seu valor líquido, e dentre impostos diferidos no exigível a longo prazo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. Os gastos de instalação e manutenção para o desenvolvimento das florestas são imobilizados enquanto estão em formação e são exauridos quando a extração de madeira é efetuada.

f) Intangível

Refere-se ao ágio apurado na aquisição da Habitasul Florestal S.A. e é fundamentado na expectativa de lucros futuros e, até o ano de 2008, foi amortizado de forma linear, calculado para o período de 10 anos. A partir de 1º. de janeiro de 2009, a Companhia deixou de registrar a amortização do ágio, que passa a ser testado anualmente com base em teste no valor recuperável do ágio.

g) Diferido

Diz respeito aos gastos com despesas pré-operacionais do projeto da unidade móveis e gastos com implantação e pré-operacionais da unidade de embalagem, e está sendo amortizado de forma linear no período de 10 anos em função dos prazos esperados de benefícios futuros.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado, intangível e diferido para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro real determinado, de acordo com a legislação tributária em vigor.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais e reserva de reavaliação são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos, respeitando-se as determinações da Instrução n°. 371 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei n°.11.941/09 por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição social para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei n°. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis n°. 11.638/07 e 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras quando aplicáveis.

j) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa n°. 16.

k) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado, nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº. 13.

l) Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

n) Reconhecimento das receitas

São reconhecidas no momento da transferência dos benefícios significativos das transações, assim como da propriedade dos referidos bens.

o) Lucro por ação

Calculado com base nas ações em circulação na data do balanço.

4. Consolidação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social (%)		
Empresas controladas – participação direta	**2009**	**2008**
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,77	99,77
HGE – Geração de Energia Sustentável	99,98	-
Brastilo Inc,	100,00	100,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios da Companhia e consolidado é apresentada como segue:

	Patrimônio líquido		**Resultado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Controladora	90.104	50.000	44.012	(54.102)
Passivo a descoberto controlada Meu Móvel de Madeira LTDA.		-		(187)
Resultado não realizado nos estoques		(57)		(57)
Reversão do resultado não realizado no ano anterior		-	57	123
Consolidado	**90.104**	**49.943**	**44.069**	**(54.223)**

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Fundo fixo	16	48	20	52
Bancos	2.897	1.178	3.005	1.318
	2.913	**1.226**	**3.025**	**1.370**

6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber de:				
Clientes – mercado interno	59.724	50.465	63.273	52.386
Clientes – mercado externo	4.158	7.569	4.241	7.664
Controladas	671	474	-	-
	64.553	**58.508**	**67.514**	**60.050**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.326)	(5.181)	(6.042)	(5.855)
Operação de vendor em aberto	-	(3.334)		(3.334)
Duplicatas descontadas	-	(1.497)	(15)	(1.497)
	59.227	**48.496**	**61.457**	**49.364**

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
A vencer	54.522	47.117	55.979	47.852
Vencidos até 30 dias	2.863	5.379	3.612	5.550
Vencidos de 31 a 60 dias	849	305	1.000	309
Vencidos de 61 a 90 dias	136	96	139	97
Vencidos de 91 a 180 dias	72	161	78	164
Vencidos há mais de 180 dias	6.111	5.450	6.706	6.078
	64.553	**58.508**	**67.514**	**60.050**

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	5.615	10.078	6.475	12.120
Materiais de produção	16.684	14.999	16.684	14.999
Materiais de consumo	9.333	7.744	9.333	7.744
Estoque no exterior	-	437	-	437
Outros estoques	129	313	167	316
	31.761	**33.571**	**32.659**	**35.616**

8. Impostos a Recuperar

Estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
ICMS sobre aquisição de imobilizado	8.150	12.024	8.169	12.043
ICMS	984	1.004	984	1.382
IPI	557	538	557	538
Imposto de renda	1.528	4.681	1.529	4.681
Contribuição social	559	1.719	559	1.719
Outros	15	418	15	595
	11.793	**20.384**	**11.813**	**20.958**
Parcela do circulante	6.755	12.273	6.775	12.789
Parcela do não circulante	5.038	8.111	5.038	8.169

9. Bancos Conta Vinculada

É representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao Banco Credit Suisse, equivalente a 1/3 (um terço) do valor da parcela vincenda em fevereiro de 2010, e pelo valor relativos a 30% do valor de alienação de terras localizadas no município de Caçador (SC), liberado em 12 de fevereiro de 2010 quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aprovou o georreferenciamento da referida área.

	Controladora e Consolidado	
	2009	**2008**
Conta vinculada Banco Credit Suisse	3.803	3.340
Alienação de terras	8.399	-
	12.202	**3.340**

10. Outras Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Créditos de carbono	3.726	5.010	3.726	5.010
Adiantamento a fornecedor	914	1.187	921	1.311
Brasil Telecom S.A.	-	820	-	820
Créditos de funcionários	619	776	619	834
Renegociação de clientes	3.092	624	3.123	655
Despesas antecipadas	2.119	591	2.119	591
Outros créditos	1.872	322	2.104	572
	12.342	**9.330**	**12.612**	**9.793**
Parcela do circulante	10.908	9.330	10.948	9.551
Parcela do não circulante	1.434	-	1.664	242

Renegociação de clientes: refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em outubro de 2012 e a taxa média de atualização é de 2% a.m. Alguns contratos constam cláusula de garantia de máquinas e equipamentos garantindo o valor da dívida renegociada.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

	Controladora e Consolidado	
	2009	**2008**
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	5.870	13.035
Sobre amortização de ágio	2.096	2.096
Sobre prejuízo fiscal	2.308	18.082
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	2.114	4.694
Sobre amortização de ágio	754	755
Sobre base de cálculo negativa	831	6.510
	13.973	**45.172**
Parcela do circulante	576	2.884
Parcela do não circulante	13.397	42.288

A Companhia, de acordo com a Instrução CVM n°. 371, registrou ativo fiscal diferido relativo a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final de suas contingências e, por ser de difícil avaliação quanto ao seu prazo de realização, estão sendo apresentadas no ativo não circulante.

Com relação aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Companhia aproveitou o valor de R$ 23.306 para compensar parcelamentos pelo beneficio concedido na Lei 11.941/09 e MP 470/09 e o saldo remanescente do crédito em dezembro de 2009 é de R$ 3.139 (R$ 24.592 em dezembro de 2008). A realização desses créditos será efetuada pela geração de lucros futuros. Com base em estudo técnico de viabilidade, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a realização desses ativos é estimada da seguinte forma:

Período	Valor R$
2010	576
2011	2.066
2012	497
	3.139

12. Investimentos

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Total 31.12.09	Total 31.12.08
Capital social integralizado	28.260	41.226	1.300	4.010		
Patrimônio líquido	28.999	40.922	(1.325)	4.010		
Resultado do exercício	6.284	(143)	(1.138)	-		
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,77	99,98		
Saldo inicial	27.356	3.156	-	-	30.512	30.927
Aquisição de investimento	-	-	-	9	9	2.408
Aumento de capital	1.488	38.173	-	4.000	43.661	-
Resultado da equivalência patrimonial	6.284	(143)	-	-	6.141	1.378
Ganho/(Perda) cambial	-	-	-	-	-	170
Dividendos propostos	(5.969)	-	-	-	(5.969)	(2.541)
Reclassificação Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	(1.830)
Variação na porcentagem de participação	(160)	-	-	-	(160)	-
Outros	-	(269)	-	-	(269)	-
Total investimento em controlada	**28.999**	**40.917**	**-**	**4.009**	**73.925**	**30.512**

A Celulose Irani S.A. transferiu, em 20 de outubro de 2009, o imóvel matriculado sob o n°. 2.800 (terreno e edificações), perante o Ofício de Registro de Imóveis de Catanduvas, para a Irani Trading S.A., por meio de aumento de capital mediante integralização de ativos nos termos do disposto nas Atas de Reunião do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A. e da Assembleia Geral de Acionistas da Irani Trading S.A., ambas datadas de 17 de julho de 2009 e devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o n°. 3162619 e 3165673, em 28 de julho de 2009 e 04 de agosto de 2009, respectivamente.

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pínus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA. realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A Companhia tem registrado em outras contas a pagar, no passivo circulante, provisão para perda no valor de R$ 1.323 (R$ 187 em dezembro de 2008), em razão do prejuízo da controlada Meu Móvel de Madeira ultrapassar o valor de seu investimento.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos. A empresa está em fase de desenvolvimento do projeto e não está em operação.

A Companhia tem registrado em Outras contas a pagar, no passivo circulante, valores devidos à controlada HGE Geração de Energia Sustentável no montante de R$ 3.106, que deverá ser pago até dezembro de 2010, conforme alteração contratual de aumento de capital registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

13. Imobilizado

		2009			2008
Controladora	**Taxa**	**Custo**	**Depreciação e exaustão acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terrenos	-	13.220	-	13.220	14.576
Prédios e construções	4%	18.272	(8.757)	9.515	38.534
Equipamentos e instalações	10 a 20%	319.596	(149.373)	170.223	177.337
Florestamento e reflorestamento	(*)	77.100	(37.855)	39.245	42.228
Veículos e tratores	20%	1.692	(1.280)	412	533
Outras imobilizações	10 a 20%	2	-	2	-
Imobilizações em andamento	-	3.291	-	3.291	27.256
Adiantamento fornec. de imobilizado	-	6.896	-	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	10 a 25%	26.673	(6.721)	19.952	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	4%	16.061	(750)	15.311	15.954
		482.803	**(204.736)**	**278.067**	**341.429**

		2009			2008
Consolidado	**Taxa**	**Custo**	**Depreciação e exaustão acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terrenos	-	26.942	-	26.942	28.164
Prédios e construções	4%	78.332	(28.289)	50.043	40.699
Equipamentos e instalações	10 a 20%	320.007	(149.481)	170.526	177.743
Florestamento e reflorestamento	(*)	96.520	(53.705)	42.815	46.089
Veículos e tratores	20%	1.700	(1.284)	416	537
Outras imobilizações	10 a 20%	37	(4)	33	-
Imobilizações em andamento	-	4.071	-	4.071	28.635
Adiantamento fornec. de imobilizado	-	6.896	-	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	10 a 25%	26.673	(6.721)	19.952	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	4%	16.061	(750)	15.311	15.954
		577.239	**(240.234)**	**337.005**	**362.832**

(*) Exaustão calculada com base na extração de madeira em relação à expectativa de extração total da área plantada.

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Saldo inicial	341.429	242.659	362.832	265.191
Adições	19.857	128.154	20.297	129.435
Baixas	(6.202)	(501)	(6.202)	(501)
Transferência para capitalização em controlada	(38.173)	-	-	-
Depreciação e exaustão	(38.844)	(28.883)	(39.922)	(31.293)
Saldo final	**278.067**	**341.429**	**337.005**	**362.832**

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita (SC) e da Unidade Embalagem em Indaiatuba (SP).

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel de Vargem Bonita (SC) e na Unidade Resinas em Balneário Pinhal (RS).

Em 17 de julho de 2009, foi autorizada pelo conselho de administração da Companhia a transferência do imóvel (terreno e edificações) objeto da matrícula nº. 2.800, Livro nº. 02-RG, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, Santa Catarina, para a controlada Irani Trading S.A., no montante de R$ 38.172, mediante a conferência ao seu capital social.

Estão registrados no imobilizado os bens contratados em arrendamento mercantil (leasing financeiro) pelo valor presente dos pagamentos na data dos contratos.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantida ao final do contrato e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 31 de dezembro de 2009, os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba (SP) que está sendo depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade da Companhia Comercial de Imóveis e o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A Companhia efetuou, no ano de 1994, reavaliação nas seguintes contas do imobilizado:

	Controladora e Consolidado			
	2009			2008
	Reavaliação	Realização	Valor Residual*	Valor Residual
Terrenos	11.677	(1.292)	10.385	11.677
Prédios e construções	13.490	(7.701)	5.789	6.069
Florestamento e reflorestamento	27.135	(26.921)	214	470
	52.302	**(35.914)**	**16.388**	**18.216**

*Sobre o valor residual, exceto terrenos, estão provisionados imposto de renda e contribuição social diferidas no valor de R$ 2.009 (R$ 2.223 em 31.12.08).

14. Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2009	**2008**
Ágio em controladas	41.482	41.482
Amortização acumulada	(7.939)	(7.939)
Saldo final	**33.543**	**33.543**

O ágio apurado na aquisição da Habitasul Florestal S.A. é fundamentado na expectativa de lucros futuros e até o ano de 2008 foi amortizado de forma linear no período de 10 anos.

O valor recuperável do ativo foi avaliado de acordo com o CPC 01 (recuperabilidade de ativos) e a Administração entendeu não ser necessária a constituição de provisão para perda.

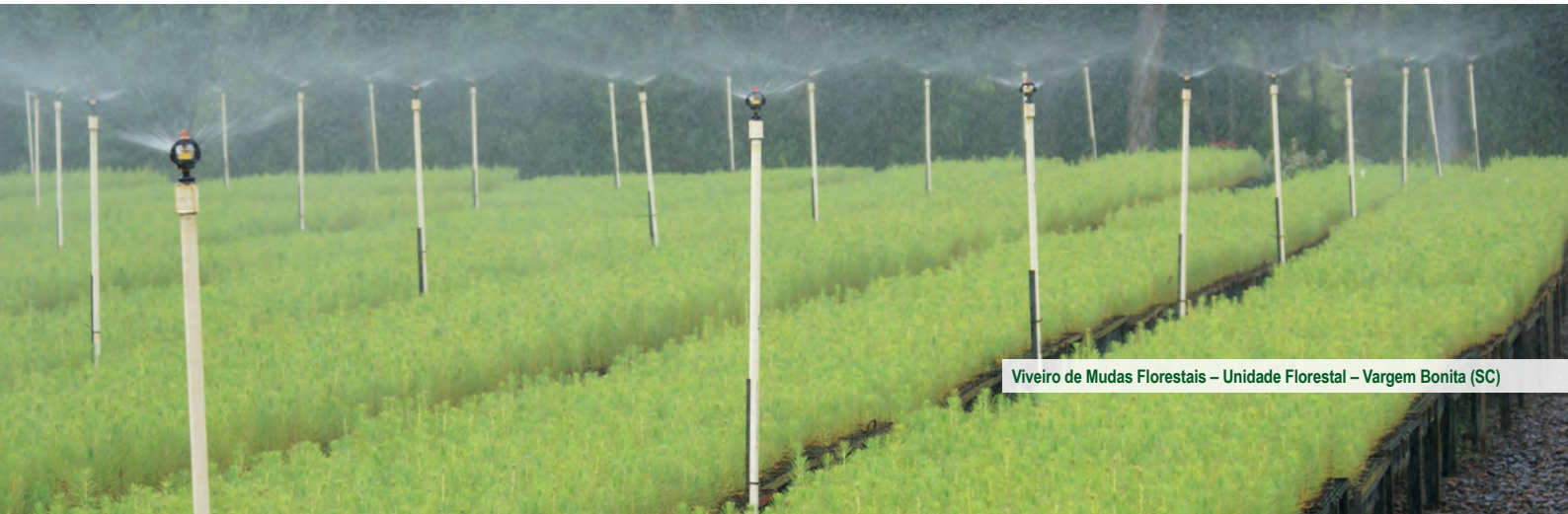
15. Diferido

	Controladora e Consolidado	
	2009	**2008**
Unidade Móveis	1.250	1.250
Unidade Embalagem Indaiatuba (SP)	1.121	1.121
Amortização acumulada	(1.208)	(819)
	1.163	**1.552**

A movimentação do saldo do diferido:

Controladora e consolidado	**2008**	**Amortização**	**2009**
Unidade Móveis	655	(165)	490
Unidade Embalagem Indaiatuba (SP)	897	(224)	673
	1.552	**(389)**	**1.163**

Compreendem as despesas pré-operacionais do projeto da Unidade Móveis denominados **Meu Móvel de Madeira** e a gastos com implantação e pré-operacionais da nova Unidade Embalagem – Indaiatuba (SP).



Viveiro de Mudas Florestais – Unidade Florestal – Vargem Bonita (SC)

16. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado		
	2009	2008	2009	2008	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	12.947	16.623	12.947	16.623	a)
Capital de giro	50.301	34.844	50.301	35.144	b)
Leasing financeiro	1.572	1.412	1.572	1.412	c)
Total moeda nacional	**64.820**	**52.879**	**64.820**	**53.179**	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.297	3.084	2.297	3.084	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	7.339	23.311	7.339	23.311	e)
Banco Votorantim	3.122	4.239	3.122	4.239	f)
Banco Itaú BBA	11.511	17.543	11.511	17.543	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	375	928	375	928	h)
Toronto Dominion Bank	324	434	324	434	i)
Banco Credit Suisse	34.273	4.133	34.273	4.133	j)
Banco C.I.T.	972	1.257	972	1.257	k)
Banco Santander Real	1.536	2.180	1.536	2.180	l)
Banco Santander	2.074	2.702	2.074	2.702	m)
Banco Santander Pré pagto. de exportação	6.132	-	6.132	-	n)
Total moeda estrangeira	**69.955**	**59.811**	**69.955**	**59.811**	
Total do circulante	**134.775**	**112.690**	**134.775**	**112.990**	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	25.807	31.656	25.807	31.656	a)
Capital de giro	37.900	32.832	37.900	32.832	b)
Leasing financeiro	419	1.752	419	1.752	c)
Total moeda nacional	**64.126**	**66.240**	**64.126**	**66.240**	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	6.800	12.490	6.800	12.490	d)
Banco Votorantim	1.261	5.946	1.261	5.946	f)
Banco Itaú BBA	4.796	-	4.796	-	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	375	464	375	464	h)
Toronto Dominion Bank	485	1.086	485	1.086	i)
Banco Credit Suisse	77.115	148.240	77.115	148.240	j)
Banco C.I.T.	1.944	3.771	1.944	3.771	k)
Banco Santander Real	4.609	8.720	4.609	8.720	l)
Banco Santander	4.148	8.106	4.148	8.106	m)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	3.066	-	3.066	-	n)
Total moeda estrangeira	**104.599**	**188.823**	**104.599**	**188.823**	
Total do não circulante	**168.725**	**255.063**	**168.725**	**255.063**	
Total	**303.500**	**367.753**	**303.500**	**368.053**	

Vencimentos a longo prazo:	2009	2008	2009	2008
2010	-	97.082	-	97.082
2011	95.688	74.878	95.688	74.878
2012	54.326	66.005	54.326	66.005
2013	12.812	17.098	12.812	17.098
2014	896	-	896	-
Acima	5.003	-	5.003	-
	168.725	**255.063**	**168.725**	**255.063**

Empréstimos em moeda nacional:

a) Finame – estão sujeitos a juros que variam entre 2,0% e 8,5% a.a., acrescidos da TJLP, com vencimento final em 2019.

b) Capital de Giro – estão sujeitos a juros que variam entre 120,0% e 223,0% do CDI, com vencimento final no primeiro semestre de 2012.

c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a juros que variam entre 1,12% e 1,86% a.m., com vencimento final em 2011.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2009 estão atualizados pela variação cambial do Dólar ou do Euro, e sobre eles incidem juros que variam entre 3,25% a.a. e 12,25% a.a.

d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013.

e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do Dólar ou do Euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até outubro de 2010.

f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em 2011.

g) Banco Itaú BBA S.A., atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 com vencimento final em 2011.

h) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do Euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

i) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

j) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração e está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e à implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia.

k) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do Euro e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.

l) Banco Santander Real, atualizável pela variação cambial do Euro e pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.

m) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do Euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

n) Banco Santander P.P.E. – Pré-pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do Dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

A Companhia ofereceu em garantia aval dos controladores ou hipotecas de bens ou alienação fiduciária e/ou o conjunto de duas destas de acordo com cada contrato.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantias imóveis e flores-

tas da empresa subsidiária Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da Unidade Embalagem de Indaiatuba (SP), caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500, ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia e alienação fiduciária de alguns equipamentos da Unidade Papel.

Em garantia à operação do Banco Santander Real foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Cogeração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander Real (verificação realizada somente no final de cada exercício).

a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;

b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;

c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível.

Banco Credit Suisse

a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6,50 vezes para dezembro de 2008; 6,50 vezes para o primeiro trimestre de 2009; 5,00 vezes para o segundo trimestre de 2009; 4,00 vezes para o terceiro trimestre de 2009; 3,50 vezes para o quarto trimestre de 2009; 3,00 vezes para o primeiro trimestre de 2010; 2,75 vezes para o segundo trimestre de 2010 e 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2013;

b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 0,75 vezes para dezembro de 2008 e para o primeiro e segundo trimestres de 2009; 1,0 vez para o terceiro trimestre de 2009; 1,5 vezes para o quarto trimestre de 2009; 2,0 vezes para o primeiro trimestre de 2010; 2,5 vezes para o segundo trimestre de 2010 e de 3 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2013;

c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes;

d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2013. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

Banco Votorantim (índices válidos a partir de 31 de dezembro de 2009).

a) Os investimentos em ativo fixo ficarão por dois anos limitados ao valor da reversão da depreciação e exaustão;

b) Relação dívida liquida sobre EBITDA deverá ser igual ou inferior a 4 vezes ao final do exercício de 2009; 3,5 vezes ao final do exercício de 2010 e de 2,5 vezes ao final do exercício de 2011;

c) A margem do EBITDA (EBITDA/ROL) para os exercícios de 2009 a 2013 deverá ser de no mínimo 16,50%.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Votorantim e Banco Credit Suisse. O índice de relação dívida líquida sobre EBITDA, exigido para o Banco Santander Real, não foi atingido em 31 de dezembro de 2009, para tanto a Companhia solicitou e obteve, em 2009, anuência temporária (*waiver*) do credor para este índice. Os demais índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Santander Real foram integralmente atingidos.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

EBITDA – o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita Operacional Líquida.

17. Fornecedores

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
CIRCULANTE	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Interno				
Materiais	28.721	25.858	28.077	25.909
Ativo imobilizado	658	1.956	658	1.956
Prestador de serviços	2.706	4.841	2.823	5.089
Transportadores	4.728	5.104	4.735	5.122
Partes relacionadas	126	263	802	-
Externo			-	
Materiais	257	3.405	257	3.406
	37.196	**41.427**	**37.352**	**41.482**

18. Parcelamentos Tributários

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº. 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre ele incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
CIRCULANTE	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Parcelamento REFIS INSS	1.141	1.269	1.226	1.354
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.374	1.580	1.407	1.580
Parcelamento ICMS	970	914	970	931
Parcelamento CSLL	-	-	17	15
	3.485	**3.763**	**3.620**	**3.880**

Bobinas de Papel Kraft IRANI

	Controladora		Consolidado		Vencimento
NÃO CIRCULANTE	2009	2008	2009	2008	
Parcelamento REFIS INSS	475	4.439	1.137	5.158	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	9.225	7.224	9.274	7.225	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.881	-	3.881	-	Outubro 2014
Parcelamento CSLL	-	-	-	14	Novembro 2010
	13.581	**11.663**	**14.292**	**12.397**	
Vencimentos a longo prazo:					
2010	-	3.080	-	3.215	
2011	3.979	3.079	4.216	3.159	
2012	1.815	3.077	2.052	3.157	
2013	1.815	2.427	2.052	2.505	
Acima	5.972	-	5.972	361	
	13.581	**11.663**	**14.292**	**12.397**	

Além da adesão ao Refis, para conversão dos parcelamentos anteriormente existentes no PAES (Lei 10.684/03), a Companhia optou pelo parcelamento de outros débitos de IPI que apresentavam expectativa de perda provável na avaliação dos assessores jurídicos. A decisão da Administração está embasada nas relevantes reduções dos valores relativos à multa de ofício e de mora e dos juros de mora, o que reduz significativamente os valores parcelados, e, ainda, na possibilidade de utilização do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para abater os saldos remanescentes das multas de ofício e de mora e também dos juros após as reduções concedidas pela Lei 11.941/09 e pela MP 470/09.

A movimentação dos valores parcelados está assim apresentada:

Quadro de movimentação REFIS – Controladora			
	INSS	**Receita Federal**	**Rec. Federal – IPI**
Saldo anterior contábil	4.645	7.077	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	**1.616**	**3.063**	**7.536**
Quadro de movimentação REFIS – Consolidado			
	INSS	**Receita Federal**	**Rec. Federal – IPI**
Saldo anterior contábil	5.392	7.159	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	**2.363**	**3.145**	**7.536**

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário pela Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais pela Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – IPI – A Companhia mantinha provisionados débitos tributários de IPI sobre aquisição de insumos NT e Alíquota Zero, que foram objeto de autos de infração em Novembro de 2006, no montante atualizado de R$ 34.630. Considerando os benefícios concedidos pela MP 470/09, o valor do débito foi reduzido para R$ 18.928 sendo R$ 17.635 de principal e R$ 1.293 de juros de mora. Este valor foi totalmente liquidado com prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

A Companhia reconheceu ainda outros débitos de IPI no montante atualizado de R$ 10.029. Considerando os benefícios concedidos pela Lei 11.941/09, o valor foi reduzido para R$ 7.536 sendo R$ 3.252 de principal e R$ 4.284 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo

A Companhia, de acordo com a MP nº. 2.158-35/2001 art. 30 adotou para 2009 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

A mensuração de circulante e não circulante está proporcionalizada pelas obrigações em moeda estrangeira.

	Controladora e Consolidado
	2009
Imposto de renda diferido passivo	
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	13.618
Contribuição social diferida passiva	
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	4.902
	18.520
Parcela do circulante	7.422
Parcela do não circulante	11.098

Chapas de Papelão Ondulado IRANI

20. Partes Relacionadas

Correspondem a débitos junto às controladas e outras empresas relacionadas conforme segue:

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Mútuo ativo		Mútuo passivo		Receitas	Despesas
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2009
Irani Trading S.A.	-	357	40	99	-	-	3.290	1.952	-	728
Habitasul Florestal S.A.	5.969	2.184	86	126	-	-	14.465	11.600	-	978
HGE - Geração de Energia	-	-	3.107	-	-		-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira LTDA.	671	473	-	187	2.730	3.676	-	-	1.785	1.348
Irani Participações	-	-	-	38	-	-	-	-	-	480
Companhia Com. de Imóveis	-	-	149	133	-	-	-	-	-	1.618
Remuneração dos administradores	-	-	1.635	1.856	-	-	-	-	-	2.305
Habitasul Desen. Imob.	-	-	-	-	-	-	306	8.129	-	2.282
Total	**6.640**	**3.014**	**5.017**	**2.439**	**2.730**	**3.676**	**18.061**	**21.681**	**1.785**	**9.739**
Parcela circulante	(6.640)	(3.014)	(5.017)	(2.439)	-	-	(306)	(6.968)		
Parcela não circulante	-	-	-	-	2.730	3.676	17.755	14.713		

Consolidado	Contas a pagar		Mútuo passivo		Receitas	Despesas
	2009	2008	2009	2008	2009	2009
Irani Participações	-	38		-	-	480
Companhia Com. de Imóveis	149	133		-	-	1.618
Remuneração dos administradores	1.635	2.166		-	-	2.681
Habitasul Desen. Imob.	-	-	306	8.129	-	2.282
Total	**1.784**	**2.337**	**306**	**8.129**	**-**	**7.061**
Parcela circulante	(1.784)	(2.337)	(306)	(6.968)		
Parcela não circulante	-	-	-	1.161		

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA. são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

O débito junto a HGE – Geração de Energia Sustentável – é decorrente de valor a integralizar de capital social referente à alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado no ano de 2010.

O débito junto à Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos junto à Companhia Comercial de Imóveis decorrem de contrato de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba (SP), firmado em 26 de dezembro de 2006, e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor mensal contratado foi de R$ 125 mil reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria, participação dos administradores e benefícios pagos a administradores em virtude de rescisão de contrato de trabalho.

O débito junto à empresa Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. vem sendo liquidado em 50 parcelas mensais e sucessivas, que foram liquidadas em fevereiro de 2010, reajustadas pela TJLP acrescida de juros de 6% ao ano, nos termos do contrato de compra e venda de ações da Habitasul Florestal S.A., realizado em dezembro de 2006.

21. Provisão para Contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Provisão para contingências cíveis	7.667	7.610	7.667	7.610
Provisão para contingências trabalhistas	1.915	6.090	2.159	6.345
Provisão para contingências tributárias	18.876	50.419	18.876	50.419
(-) Depósitos judiciais	(7.570)	(7.210)	(7.570)	(7.210)
	20.888	**56.909**	**21.132**	**57.164**
Parcela do circulante	1.038	4.777	1.038	4.777
Parcela do não circulante	19.850	52.132	20.094	52.387

Caixas de Papelão Ondulado IRANI

Movimentação do saldo da provisão para contingências:

Controladora					
	2008	Depósitos	Provisão	Baixas	2009
Cível	7.610	-	222	(165)	7.667
Trabalhista	6.090	-	664	(4.839)	1.915
Tributária	50.419	-	7.927	(39.470)	18.876
(-) Depósitos judiciais	(7.210)	(522)	-	162	(7.570)
	56.909	(522)	8.813	(44.312)	20.888

Consolidado					
	2008	Depósitos	Provisão	Baixas	2009
Cível	7.610	-	222	(165)	7.667
Trabalhista	6.345	-	664	(4.850)	2.159
Tributária	50.419	-	7.927	(39.470)	18.876
(-) Depósitos judiciais	(7.210)	(522)	-	162	(7.570)
	57.164	**(522)**	**8.813**	**(44.323)**	**21.132**

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial e, principalmente, à ação falimentar de empresa na qual a Companhia tem o crédito habilitado no processo. Em 31 de dezembro de 2009, havia R$ 7.667 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R$ 7.218.

b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R$ 1.915 (R$ 2.159 no consolidado) em 31 de dezembro de 2009, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.

c) As provisões para contingências tributárias referem-se principalmente a:

i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R$ 1.305.

ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a dezembro de 2009 foi de R$ 13.019. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2009 totaliza R$ 17.513.

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela liquidação de parte dos autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal em novembro de 2006 referentes a créditos de IPI sobre aquisição de insumos Não Tributados e Alíquota Zero. A liquidação foi realizada pela compensação com impostos oriundos de prejuízo fiscal como determina a MP 470/09.

Contingências Possíveis

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2009, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Contingências trabalhistas	7.109	5.493
Contingências cíveis	1.132	5.019
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	44.390	14.238
	53.507	**25.626**

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 7.109 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Encontram-se em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 1.132 e contemplam principalmente ação de indenização de rescisão de contrato de Representação Comercial encontrando-se em fase de recurso.

Contingências ambientais:

Referem-se à ação ambiental do Ministério Público Federal que tem como valor máximo estimado de indenização R$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda e com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor que o máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 44.390 e contemplam os seguintes processos:

• Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2009 de R$ 7.099 referente a auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que está em pendência de julgamento.

• Execução Fiscal n°. 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – com valor em 31 de dezembro de 2009 de R$ 4.109 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso em face da oposição dos embargos por parte da Companhia.

• Execução Fiscal n°. 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – com valor em 31 de dezembro de 2009 de R$ 4.373 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD n°. 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária.

• Processos Administrativos n°. 11080.013972/2007-12 e n°. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2009 de R$ 3.161 referente a autos de infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.

• Processos Administrativos referentes notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2009 de R$ 25.647 já incluído multas e juros até a data. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera muito boas as chances de êxito para todos os créditos constituídos.

22. Patrimônio Líquido

a. capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2009, é de R$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

Em 21 de março 2007, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir 22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) ações ordinárias de seu capital social no montante de R$ 321. Essas ações foram emitidas quando do aumento de capital realizado em 8 de fevereiro de 2007 e foram adquiridas pelo valor de subscrição determinado na Reunião de Conselho que deliberou referido aumento. Essas ações foram mantidas em tesouraria para posterior utilização em Plano de Opção de Ações aprovado pela Assembleia Geral extraordinária de 14 de setembro de 2007.

No primeiro trimestre de 2008 os Diretores da Companhia exerceram o direito de adquirir as ações que estavam em tesouraria.

A Companhia mantém em tesouraria 5.602 (cinco mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R$ 80, adquiridas dos ex-diretores que se desligaram do cargo.

b. ajustes de exercícios anteriores

A Companhia efetuou em 1º. de janeiro de 2008 ajustes relativos a exercícios anteriores no Patrimônio Líquido no montante de R$ 2.766 em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM 554/08 – Operações de arrendamento mercantil – (leasing financeiro) conforme segue:

Arrendamento mercantil – leasing financeiro	
	Controladora e Consolidado
Aumento ativo imobilizado	7.893
Aumento passivo circulante	2.620
Aumento passivo exigível a longo prazo	2.507
Aumento patrimônio líquido	2.766

c. lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal, conforme demonstrado abaixo:

	2009
Lucro líquido do exercício	44.012
Realização da reserva de reavaliação	1.614
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(29.330)
(-) Reserva legal	(814)
Lucro base para distribuição de dividendos	15.482
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)	
Dividendos propostos a pagar	**3.872**
Dividendos por ação ordinária (R$ por ação)	0,47
Dividendos por ação preferencial (R$ por ação)	0,52

23. Honorários da Administração

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R$ 2.305 até dezembro de 2009 (R$ 2.683 em 2008). A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2009 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores de no máximo R$ 4.500.

Durante os exercícios de 2007 a 2009, a Companhia manteve o Programa de Remuneração Complementar de Diretores – **Projeto Superação –** aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de agosto de 2007 e pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de setembro de 2007. Fez parte do programa, além do Plano de Opção de Ações em que os Diretores exerceram o direito de aquisição no primeiro trimestre de 2008, o Plano de Participação no Crescimento de 2007/2009 – UPSIDE. Este último teve por base o projeto de crescimento 2007/2009 da Celulose Irani S.A., o qual propiciou uma elevação significativa na geração de caixa da empresa (EBITDA) e, com isso, o aumento do valor de mercado da Companhia.

Os índices exigidos pelas metas do programa não foram atingidos.

Em Reunião do Conselho de Administração de 05 de março de 2010 foi aprovada a manutenção da Participação dos Administradores provisionada no valor de R$ 1.635, a qual deverá ser distribuída futuramente conforme deliberação do próprio Conselho de Administração.

24. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Receita de bens alienados - b)	29.344	1.527	29.344	1.527
Benefícios parcelamento REFIS - d)	18.367	-	18.367	-
Vendas créditos de carbono - a)	4.314	6.652	4.314	6.652
Estorno de contingências - c)	4.211	-	4.211	-
Outras receitas operacionais	1.347	1.014	1.423	1.071
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	727	1.145	727	1.145
Grupamento de ações	-	1.317	-	1.317
Termo de quitação Brasil Telecom S.A.	-	1.044	-	1.044
Provisão redução PAES RFB	-	478	-	478
	58.310	**13.177**	**58.386**	**13.234**

a) A Companhia comercializou créditos de carbono originados pela diminuição das emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Cogeração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na Unidade Papel, em Vargem Bonita (SC).

b) Em 28 de setembro de 2009, a Companhia realizou a venda de 3.284,78 hectares de terras localizadas no município de Caçador, Estado de Santa Catarina para a Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento LTDA. por R$ 27.500. Nos imóveis vendidos a Companhia cultivava pínus.

c) Refere-se à decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região dando procedência à apelação da Celulose Irani S.A., a qual modificou a sentença de primeiro grau anulando a Execução Fiscal n°. 99.70.00325-9 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD n°. 32.511.108-1, conforme Nota Explicativa n° 21 (contingências possíveis).

d) Refere-se a benefícios auferidos por meio do recálculo e reduções concedidas na Lei 11.941/2009 em decorrência da migração dos parcelamentos anteriormente adotados pela Companhia perante a Previdência Social e a Receita Federal do Brasil, e na MP 470/2009 em decorrência da sua utilização para liquidação de débitos federais objeto de autos de infração.

Breu extraído da resina de pínus

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Provisão IPI extemporâneo - a)	(6.836)	-	(6.836)	-
Custo dos bens alienados	(6.202)	(501)	(6.202)	(501)
Outras despesas operacionais	(2.117)	(1.271)	(2.996)	(1.273)
Provisão para perda em controlada	(1.137)	(187)	-	-
Intermediação venda crédito de carbono	(1.068)	(1.529)	(1.068)	(1.529)
Provisão contingências civeis e trabalhistas	(580)	-	(580)	(460)
Amortização do diferido	(389)	(827)	(389)	(827)
Baixa diferido	-	(1.731)	-	(1.731)
Indenização trabalhista	-	(3.955)	-	(3.955)
Amortização ágio Habitasul Florestal	-	(4.192)	-	(4.192)
Provisão para impostos diferidos	-	-	-	(560)
	(18.329)	**(14.193)**	**(18.071)**	**(15.028)**

a) Refere-se ao reconhecimento de débitos federais objeto de autos de infração que a Companhia julgou prudente seu parcelamento através da Lei 11.941/2009, conforme Nota Explicativa 21 c.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Resultado antes dos impostos	70.209	(82.015)	70.704	(81.538)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(23.871)	27.885	(24.039)	27.723
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.942	468	-	-
RTT – Ajustes do Regime Tributário de Transição	119	(99)	119	(99)
Efeito opção parcelamento REFIS	(3.663)	-	(3.663)	-
Outras diferenças permanentes	(724)	(341)	949	(12)
	(26.197)	**27.913**	**(26.634)**	**27.612**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**	**(437)**	**(301)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(26.197)**	**27.913**	**(26.197)**	**27.913**

26. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	269	1.262	269	1.268
Juros	1.161	140	1.165	175
Descontos obtidos	491	384	514	395
Descontos s/ amort. antec. empréstimo	-	777	-	777
	1.921	2.563	1.948	2.615
Variação cambial				
Variação cambial ativa	73.589	34.131	73.590	34.131
Variação cambial passiva	(14.766)	(95.972)	(14.774)	(95.972)
Variação cambial líquida	58.823	(61.841)	58.816	(61.841)
Despesas financeiras				
Juros	(43.464)	(30.402)	(43.976)	(30.530)
Descontos concedidos	(632)	(192)	(928)	(193)
Deságios/despesas bancárias	(2.942)	(616)	(2.971)	(630)
Outros	(301)	(610)	(301)	(610)
	(47.339)	(31.820)	(48.176)	(31.963)
Resultado financeiro líquido	**13.405**	**(91.098)**	**12.588**	**(91.189)**

Meu Móvel de Madeira

27. Seguros (Não Auditado por Auditores Independentes)

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

Cobertura	Vigência	Importância Segurada
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	13/10/09 a 13/10/10	R$ 7.948
Seguro Empresarial, grupo escritórios e hotel, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	16/10/09 a 16/10/10	R$ 3.107
Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	11/11/09 a 11/11/10	R$ 275.940
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	27/09/09 a 27/09/10	R$ 12.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	27/09/09 a 27/09/10	R$ 20.311
Seguro de vida em grupo – colaboradores – 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/09 a 01/12/10	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R$ 10 e máximo de R$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	14/08/09 a 14/08/10	Veículos ao valor de mercado e coberturas adicionais de R$ 370 por veículo.

28. Instrumentos Financeiros

Conforme as condições estabelecidas pela CVM, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

a. Taxas de juros: a Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate) ou LIBOR (London Interbank Offered Rate).

b. Riscos de crédito: As vendas financiadas da Companhia são administradas através de programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

c. Exposição cambial: A Companhia mantém operações no mercado externo que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2009, essas operações (basicamente representadas por contratos de pré-pagamentos de exportações registrados em financiamentos, líquidos de contas a receber de exportações e vendas de créditos de carbono) apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Exposição Cambial:

A Companhia possui valores a receber e empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que estão expostos à variação cambial.

A exposição cambial líquida em moeda estrangeira é equivalente a 24 meses das exportações, tomando como base a média do ano. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos tem sua exigibilidade de 48 meses, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira para quitação de seu passivo de longo prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber	4.158	7.569	4.241	7.664
Créditos de carbono a receber	3.726	5.010	3.726	5.010
Bancos conta vinculada	3.803	3.340	3.803	3.340
Investimento Brastilo Inc.	-	397	-	397
Adiantamento de clientes	(323)	(1.142)	(323)	(1.142)
Fornecedores	(257)	(3.405)	(257)	(3.406)
Empréstimos e financiamentos	(174.554)	(248.634)	(174.554)	(248.634)
Exposição líquida	**(163.447)**	**(236.865)**	**(163.364)**	**(236.771)**

A Companhia não possui operações com instrumentos derivativos de qualquer natureza.

Onduladeira – Unidade Embalagens SP – Indaiatuba (SP)

Em atendimento da Instrução CVM 475/08 a Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de variações cambiais:

Consolidado							
		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
Operação	Saldo 31.12.09		Ganho (perda)		Ganho (perda)		Ganho (perda)
	U$	Taxa	R$	Taxa	R$	Taxa	R$
Ativos							
Contas a receber	6.760	1,78	262	2,23	3.270	2,67	6.278
Passivos							
Contas a pagar	(333)	1,78	(13)	2,23	(161)	2,67	(309)
Empréstimos e financiamentos	(100.249)	1,78	(3.890)	2,23	(48.501)	2,67	(93.112)
Efeito líquido			**(3.640)**		**(45.391)**		**(87.142)**

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31.12.2009 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia mantém as suas operações de empréstimos e financiamentos expostas à variação cambial com liquidações anuais equivalentes ou menores que os recebimentos provenientes das exportações. Dessa forma a Companhia protege seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

29. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício Elaborado de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia apresenta a seguir, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido em 1°. de janeiro de 2009 (adoção inicial do IFRS 1) e de 31 de dezembro de 2009, e o lucro líquido correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, determinados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

a) Bases de preparação da reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

A reconciliação das diferenças entre o patrimônio liquido e o lucro liquido determinados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS foi elaborada a partir das demonstrações financeiras societárias da Companhia, preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas bases estão descritas na Nota 3. A reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido não representa um conjunto completo de demonstrações contábeis, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa e com as respectivas notas explicativas, tal como requerido pelas IFRS. Adicionalmente, a Companhia

aplicou as IFRS 1 **Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade**, para fins de mensuração dos ajustes nos saldos de abertura; as premissas e opções utilizadas poderão ser diferentes caso a Companhia venha a apresentar demonstrações financeiras completas de acordo com as IFRS.

b) Procedimentos de transição para IFRS e isenções aplicadas pela Administração na adoção do IFRS 1

A data de transição definida para fins de preparação das informações financeiras em IFRS foi 1º. de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado, refletindo todos os ajustes requeridos pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro e eliminando todos aqueles que não atendem aos critérios de reconhecimento das normas. Na preparação das informações financeiras da data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1, conforme descrito abaixo.

(i) Isenções opcionais adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas:

1. Combinações de empresas

A Companhia optou por não reprocessar a aquisição de negócio ocorrida antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3. Portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 1º. de janeiro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

2. Classificação e designação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por avaliar e classificar os seus instrumentos financeiros divulgados na Nota 28 de acordo com os IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos contratados após a data de transição foram analisados e classificados, de acordo com as categorias previstas pelo IAS 39, na data de contratação das operações.

c) Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

		01.01.09	31.12.09	
		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
BR GAAP	**Nota**	**49.943**	**44.069**	**90.104**
Valor justo de ativos biológicos	a)	160.959	(2.068)	158.891
Valor justo de terras	b)	154.078	(11.835)	142.243
Baixa de ativo diferido – despesas pré-operacionais	c)	(1.552)	389	(1.163)
Impostos diferidos	d)	(92.181)	6.991	(85.190)
(-) Exaustão	e)	-	(11.258)	(11.258)
IFRS		**271.247**	**26.288**	**293.627**

a) Valor justo de ativos biológicos (florestas)

De acordo com as IFRS o ativo biológico deve ser reconhecido pelo seu valor justo, definido como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras

do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. A mensuração do valor justo deve ser efetuada uma vez por ano. De acordo com o BRGAAP, vigente em 31 de dezembro de 2009, os ativos biológicos são reconhecidos pelo custo de aquisição ou custo de plantação e manutenção. Por causa da alteração de prática contábil de custo para valor justo, a Companhia adotou o IAS 8 e ajustou os saldos iniciais em 1º. de janeiro de 2009 no patrimônio líquido. A variação do valor justo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi reconhecida no resultado do exercício.

Para a avaliação de ativos biológicos, adotou-se o método de avaliação pelo Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que relaciona o valor do ativo ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, considerando o seguinte cenário de negócio:

• Avaliação dos ativos florestais considerando uma produção compatível com a exaustão das florestas.

• Taxa de desconto de 10%, calculada com base no custo de capital próprio. O custo do capital próprio é estimado observando o retorno obtido por investidores no mercado, assumindo que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento.

• Não foi considerado valor da perpetuidade do ativo biológico.

• Planejamento de Produção: com base no resultado do inventário do ativo biológico e utilizando-se o software SISPINUS e SISEUCALYPTUS da EMBRAPA, projetou-se o volume dos estratos até a idade de corte raso.

• Não foram consideradas as taxas de inflação na projeção.

b) Valor justo de terras considerado como custo inicial (custo atribuído)

De acordo com o IFRS 1, a Companhia decidiu reconhecer o valor justo de terras como custo inicial na transição para IFRS.

De acordo com o BRGAPP o ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição ou construção.

Para avaliação das terras foi utilizado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método comparativo define o valor através da comparação com dados de mercado semelhantes quanto às características inerentes ao elemento avaliado. As características e os atributos dos dados pesquisados, que exercem influência na formação do valor, devem ser ponderados por equivalência ou por inferência estatística, naturalmente respeitados os níveis de rigor definidos nesta norma. É condição necessária para a aplicação do método a existência de um conjunto de dados que permita estabelecer uma amostra do mercado imobiliário, que possa ser tomada estatisticamente.

c) Baixa de ativo diferido – despesas pré-operacionais

De acordo com o BRGAAP, a Companhia reconheceu despesas pré-operacionais como ativo diferido e vem amortizando pelo prazo de 10 anos. De acordo com o IFRS, as despesas pré-operacionais não poderiam ser ativadas, devendo ser reconhecidas como despesa no período incorrido.

d) Impostos diferidos

As diferenças apontadas na reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando os critérios descritos anteriormente na Nota 2 às demonstrações financeiras. A Companhia reconheceu imposto de

renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes de GAAP apontados na reconciliação entre BRGAAP e IFRS referente ao ajuste (i) ativo biológico (ii) terras.

e) Exaustão

Efeito da realização por exaustão dos ativos biológicos reconhecidos a valor justo.

d) Resultado por ação

Básico	**2009**
Numerador básico e diluído	
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	40.238
Denominador básico e diluído	
Média ponderada de ações ordinárias	7.458
Lucro por ação básico ações ordinárias	**5,40**

De acordo com o BRGAAP, o resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de resultado por ação diluído. Até 2009, ainda não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

e) Adoção de novos pronunciamentos, interpretações e revisões do IFRS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1º. de janeiro de 2010. A seguir, um resumo de cada um dos novos pronunciamentos e interpretações que, na avaliação da Companhia, não trazem impactos sobre os saldos apresentados na nota de reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício para as IFRS, em 31 de dezembro de 2009. Adicionalmente, pelo fato da referida reconciliação não ser considerada uma demonstração financeira elaborada de acordo com as IFRS, as normas e instruções que tratam apenas de apresentação não trazem qualquer efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo a nota de reconciliação para IFRS.

Melhoria anual das IFRS de abril de 2009 – Em abril de 2009, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 8, IAS 1, IAS 7, IAS 17, IAS 18, IAS 36, IAS 38, IAS 39. As alterações de normas são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2010. A Companhia entende que as alterações da IFRS 8 impactará suas demonstrações financeiras com a inclusão da divulgação sobre segmentos operacionais. A Companhia entende que as outras normas e interpretações não impactarão suas Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuição de Ativos não caixa para os controladores *(Distributions of Non-cash Assets to Owners)* – Em novembro de 2008, o IFRIC emitiu a Interpretação 17, que fornece orientações sobre o tratamento contábil quando uma Companhia distribui ativos que não sejam caixa para os sócios. Essa interpretação é aplicável prospectivamente aos exercícios iniciados em/ ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes *(Transfers of Assets from Customers)* – Em janeiro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 18, que esclarece os requerimentos para acordos em que uma Companhia recebe de um cliente um item de imobilizado necessário para permitir o acesso do cliente em base contínua aos bens e serviços fornecidos pela Companhia. A Companhia deve aplicar esta Interpretação

prospectivamente para ativos de clientes recebidos de clientes em/ou após 1º./07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará suas demonstrações financeiras.

IFRS 1 – Isenções adicionais para Companhias que adotam o IFRS pela primeira vez *(Additional Exemptions for First-time adopters)* – Em julho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, que fornece duas novas isenções relacionadas a: (i) ativos de petróleo e gás; e (ii) determinação se um acordo contém um arrendamento. A alteração dessa norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2010. A Companhia ainda não elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e esta alteração da norma não deve afetar as demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 32 – Classificação de direitos de emissão: Alteração do IAS 32 *(IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32)* – Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, que endereça o tratamento contábil para direitos de emissão *(rights issues)* denominados em moeda estrangeira. Os direitos de emissão dão direito ao detentor de adquirir ações pelo preço determinado no acordo entre o emissor e o detentor. A alteração dessa norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/02/2010. A Companhia entende que as alterações dessa norma não impactarão suas demonstrações financeiras.

IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas *(Related Party Disclosures)* – Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 24, a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. A alteração dessa norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações dessa norma não impactarão suas demonstrações financeiras após a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros *(Financial Instruments)* – Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Essa norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição do IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2013. A Companhia avaliará os possíveis efeitos oriundos da aplicação dessa norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 – Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio *(Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)* – Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, que trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma Companhia para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Essa interpretação é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que a adoção dessa Interpretação não impactará as suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos – Alterações no IFRIC 14 *(Prepayments of a Minimum Funding Requirement – Amendments to IFRIC 14)* – Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, que são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma Companhia é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir esses requerimentos. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações dessa interpretação não impactarão suas demonstrações financeiras.

Mensagem aos acionistas

Senhores Acionistas,

A administração da Celulose Irani S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. As Demonstrações Financeiras estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Mensagem aos Acionistas

A Celulose Irani S.A. é uma empresa de Papel e Embalagem integrada, com robusta base florestal própria. A essência dos seus negócios é a otimização do uso da floresta plantada de pínus (fibra longa), através do seu multiuso, buscando agregar valor a cada etapa do processo produtivo, bem como a cada produto de origem florestal: celulose, papel, embalagem, móveis, madeiras, resinas e biomassa para energia.

Destaques do Ano de 2009

O ano de 2009 ficou marcado mundialmente pela forte crise financeira e econômica iniciada em 2008. Para a Celulose Irani S.A. foi o ano da consolidação dos investimentos feitos em 2007 e 2008 e do início da captura dos seus benefícios. Em meio à crise, a Companhia teve suas margens de geração de caixa crescendo substancialmente, assim como seu *market share* no segmento de papelão ondulado, resultado do novo patamar de competitividade alcançado após os investimentos. Também, em 2009, foram implementadas medidas de redução de custos em todas as unidades, buscando adequar a estrutura operacional à nova realidade trazida pela crise.

A Receita Bruta da IRANI consolidada permaneceu praticamente estável em 2009, com redução de apenas 1,4% em relação a 2008. Esse bom desempenho verificado pela Empresa num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP), onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008, e em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. A fábrica de papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Empresa, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O Dolar fechou com uma desvalorização de 25,5% sobre o fechamento de 2008, o que contribuiu para a redução da dívida em moeda estrangeira. Em razão da política da Empresa de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Nesse mesmo sentido, a Empresa não teve, em 2009, perdas com derivativos cambiais, pois não opera com esses instrumentos.

O Resultado Líquido de 2009 foi de R$ 44.069 mil, ajudado por R$ 58.823 mil referentes à variação cambial líquida positiva do período. O EBITDA ajustado teve incremento de 58,6% no comparativo com 2008, mostrando uma melhora significativa na capacidade de geração de resultado operacional. A margem EBITDA passou de 15,1% em 2008 para 24,6% em 2009. Com isso, a relação dívida líquida/EBITDA, que era de 6,35 vezes em 2008, passou para 3,11 vezes em 2009.

Seguem, em 2009, as estratégias das mudanças nas demonstrações contábeis que se iniciaram em 2008 com enquadramento das demonstrações contábeis às mudanças implementadas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08. Durante esse ano foram editados diversos pronunciamentos e interpretações técnicas, aprovados por deliberações da CVM que serão aplicados pela Companhia a partir das demonstrações financeiras

de 2010. A Cia apresenta na Nota Explicativa 29 a avaliação dos ativos biológicos (florestas) e das terras pelo método *fair value*. Esse novo conceito contábil, que será adotado oficialmente a partir de 2010, tem um impacto positivo de R$ 204 milhões no Patrimônio Liquido de 31 de dezembro de 2009, elevando-o de R$ 90 milhões para R$ 294 milhões, refletindo mais adequadamente a real posição dos Ativos e do Patrimônio Líquido da Companhia.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS					
(R$ mil)	**4T09**	**3T09**	**4T08**	**2009**	**2008**
Receita Operacional Bruta (*)	123.823	118.480	118.952	479.071	485.632
Mercado Interno	113.761	102.713	99.218	403.324	392.412
Mercado Externo	10.062	15.767	19.734	75.747	93.220
Receita Operacional Líquida (*)	96.451	93.549	95.180	376.879	388.391
Lucro Bruto	23.957	21.718	25.370	92.760	90.497
Margem Bruta	24,8%	23,2%	26,7%	24,6%	23,3%
Resultado Líquido	**5.874**	**18.385**	**(33.923)**	**44.069**	**(54.223)**

(*) 2009 – Receita Operacional Bruta e Líquida ajustada em (R$ 3.907 mil) referente compra de performance para contrato de ACC, não sendo receita ordinária da Companhia.

EBITDA – EARNING BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION (*)					
(R$ mil)	**4T09**	**3T09**	**4T08**	**2009**	**2008**
Resultado Antes do IR	**11.655**	**30.840**	**(51.032)**	**70.704**	**(81.538)**
Depreciação, Exaustão e Amortização	10.069	9.781	11.030	40.311	36.306
Resultado Financeiro	6.485	(5.499)	54.397	(12.588)	91.189
EBITDA	**28.209**	**35.122**	**14.395**	**98.427**	**45.957**
Provisões (IPI e Contingências)	1.683	928	544	4.581	10.238
Eventos não recorrentes *	-	(10.190)	2.316	(10.190)	2.316
EBITDA Ajustado	**29.892**	**25.860**	**17.255**	**92.818**	**58.511**
Margem EBITDA	31,0%	27,6%	18,1%	24,6%	15,1%

* Obs. Eventos não recorrentes	-	(10.190)	2.316	(10.190)	2.316
Venda de ativo – fazenda	-	(11.647)	-	(11.647)	-
Vendaval	-	1.457	-	1.457	-
PDD – clientes com vctos. anteriores a 2008	-	-	2.316		2.316

*Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Receita Bruta

A Receita Bruta no 4T09 totalizou R$ 123.823 mil, 4,1% e 4,5% superior ao 4T08 e 3T09, respectivamente. No acumulado de 2009, a Receita Bruta apresentou ligeira redução de 1,4% com relação a 2008, totalizando R$ 479.071 mil contra R$ 485.632 mil em 2008.

Já em Dolares o valor da Receita Bruta foi 10,1% menor em 2009, somando US$ 243.250 mil, contra US$ 270.641 mil de 2008.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 4T09 foi 1,3% e 3,1% superior ao 4T08 e 3T09, respectivamente. Em 2009, totalizou R$ 376.879 mil, apresentando uma redução de 3,0% em relação ao ano anterior.

O Lucro Bruto no 4T09 foi de R$ 23.957 mil, 5,6% inferior ao 4T08 e 10,3% superior ao 3T09. Em 2009, totalizou R$ 92.760 mil, perante os R$ 90.497 mil de 2008, um crescimento de 2,5%. A Margem Bruta apresentou aumento em 2009, ficando em 24,6%.

O Resultado Antes do Imposto de Renda no 4T09 de R$ 11.655 mil e no acumulado de 2009 de R$ 70.704 mil reverteu os resultados negativos apresentados no 4T08 de R$ 51.032 mil e de 2008 no valor de R$ 81.538 mil.

EBITDA

O valor absoluto do EBITDA ajustado consolidado foi apurado em R$ 29.892 mil no 4T09, contra R$ 17.255 mil no 4T08, representando 73,2% de incremento. Com relação ao 3T09, o EBITDA também apresentou um aumento de 15,6%. Em 2009, o EBITDA ajustado totalizou R$ 92.818 mil, um incremento de 58,6% em relação ao ano de 2008.

A Margem de EBITDA ajustado consolidado teve um crescimento, passando de 15,1% em 2008 para 24,6% no ano de 2009.

Resultado Financeiro

No 4T09 o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 6.485 mil, revertendo a posição positiva do trimestre anterior. Em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior apresentou uma redução significativa, decorrente da variação cambial. Já em 2009, o Resultado Financeiro foi positivo em R$ 12.588 mil, ante os R$ 91.189 mil negativos de 2008. Dos R$ 12.588 mil positivos de 2009, R$ 58.823 mil representam variação cambial líquida, R$ 1.949 mil receita financeira e R$ 48.184 mil correspondem a despesas financeiras (juros, despesas bancárias e descontos concedidos).

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma: (em mil R$)

	4T09	3T09	4T08	2009	2008
Receitas Financeiras	5.966	19.910	4.561	75.538	36.746
Despesas Financeiras	(12.451)	(14.411)	(58.958)	(62.950)	(127.935)

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão incluídas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

	4T09	3T09	4T08	2009	2008
Variação cambial ativa	5.383	19.300	4.452	73.589	34.131
Variação cambial passiva	(1.424)	(2.735)	(47.361)	(14.766)	(95.974)
Variação cambial líquida	3.959	16.565	(42.909)	58.823	(61.843)

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

	4T09	3T09	4T08	2009	2008
Resultado Financeiro sem variação cambial	(10.444)	(11.066)	(11.488)	(46.235)	(29.346)

Todos os trimestres foram afetados em seu resultado financeiro pela oscilação do Dólar e do Euro que são base de atualização de determinados financiamentos da Companhia.

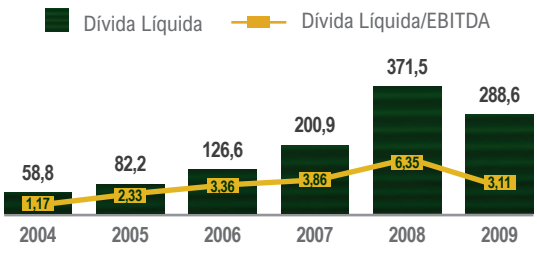
Resultado Líquido

No 4T09 o resultado líquido da Companhia foi apurado em R$ 5.874 mil positivos, ante os R$ 33.923 mil negativos apurados no mesmo trimestre do ano anterior. Em comparação ao 3T09, apresentou uma significativa redução devido principalmente ao reconhecimento, no 3T09, de venda de imóvel florestal em SC. O imóvel vendido representa apenas 10% dos ativos florestais de SC e 7% dos ativos florestais totais da Companhia (SC e RS). A empresa mantém base florestal suficiente para suprir 100% de sua necessidade de madeira.

O Resultado Líquido, em 2009, foi de R$ 44.069 mil positivos, revertendo desta forma, quase integralmente o resultado negativo de R$ 54.223 mil verificado no ano anterior. Adicionalmente, foi realizada parcela do ativo reavaliado em R$ 1.614 mil em 2009 (R$ 483 mil em 2008), que não transitou como receita no Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) (Deliberação 183/95 da CVM).

Endividamento Líquido

Evolução Dívida Líquida/EBITDA
(em milhões)



A evolução da Dívida Líquida/EBITDA tem seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos investimentos realizados no Projeto Superação (R$ 160,8 milhões). A partir do 1T09 começou a ocorrer a captura dos benefícios do Projeto e liquidação da dívida, e a relação Dívida Líquida/EBITDA baixou de 6,35x em 2008 para 5,74x no 1T09, 4,44x no 2T09, 3,84x no 3T09, fechando o ano de 2009 em 3,11x. Portanto, nesse período houve, por um lado, o incremento do EBITDA e, por outro, a redução do endividamento pela liquidação da dívida e valorização do Real em relação ao Dólar e Euro.

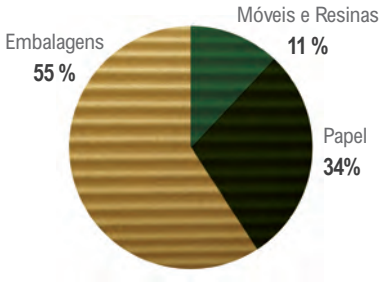
A participação da Receita Operacional Bruta Consolidada em 2009 foi a seguinte:

Participação da Receita Operacional Bruta por Empresa

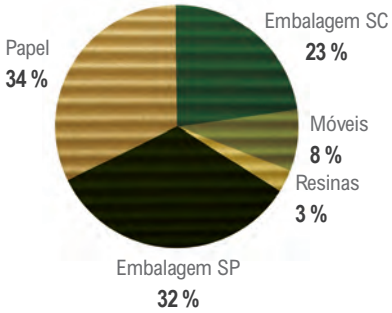
Vendas

A distribuição das vendas na controladora teve a seguinte participação, no ano de 2009:

Participação das Vendas por Divisão de Negócios

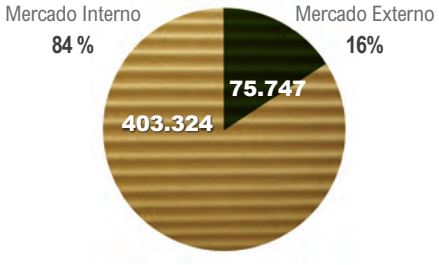


Participação das Vendas por Unidade de Negócios



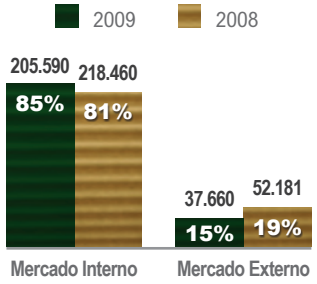
A composição da Receita Bruta Consolidada por mercado está distribuída da seguinte forma em 2009:

Participação das Vendas Mercado Interno e Externo (em mil Reais e %)



A distribuição das Vendas em dólares nos anos de 2009 e 2008 teve a seguinte participação:

Participação das vendas Mercado Interno e Externo
(em mil dólares)



Desempenho dos Negócios

A Celulose Irani S.A. é composta de três Divisões. Essas Divisões estão organizadas de acordo com o segmento de mercado em que atuam, são independentes em suas operações e integradas de modo harmônico, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de pínus, através do seu multiuso, e da verticalização dos negócios.

Divisão Papel, situada em Vargem Bonita (SC), tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados, destinados ao mercado externo, interno, e para a Divisão Embalagem.

Divisão Embalagem produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, sendo uma em Vargem Bonita (SC) e outra em Indaiatuba (SP). A fábrica

de Indaiatuba foi inaugurada em 02 de Junho de 2008 e os recursos utilizados foram provenientes do Projeto Superação.

Divisão Móveis e Resinas industrializa produtos de base florestal, buscando otimizar a exploração das florestas, através do seu multiuso. Esta Divisão atualmente conta com duas unidades produtivas, sendo uma fábrica de móveis de madeira reflorestada em Rio Negrinho (SC) e uma unidade de negócio denominada Resinas, localizada em Balneário de Pinhal (RS), que produz breu e terebintina, a partir de resina natural fornecida pela controlada Habitasul Florestal S.A.

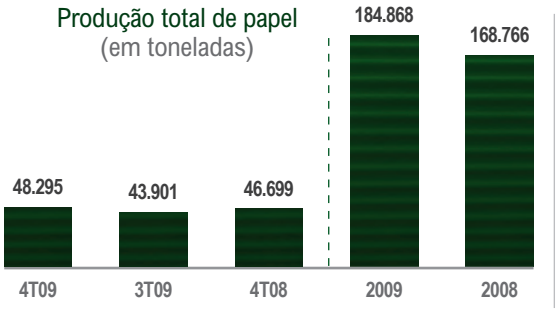
Além das três Divisões, a Celulose Irani S.A. conta com as controladas Irani Trading S.A. que operacionaliza todas as operações de exportação da empresa e atua na administração e locação de imóveis, Habitasul Florestal S.A., com base florestal de 8,4 mil hectares de florestas de pínus, fornecedora de resina para a unidade Resinas da Celulose Irani S.A. e também fornecedora de madeira para serrarias da região e, Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA., que atende a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio do site www.meumoveldemadeira.com.br. Em 2009, foi criada uma nova subsidiária, HGE – Geração de Energia Sustentável LTDA, que tem como objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica.

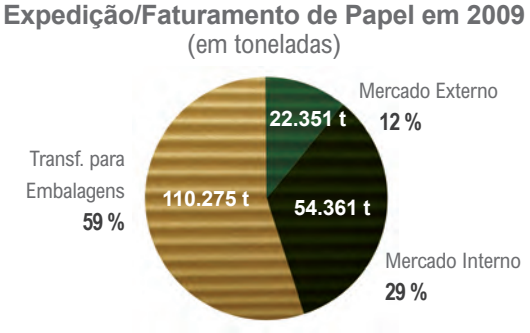
Divisão Papel

A Celulose Irani S.A. teve uma participação de aproximadamente 4,5% na produção nacional de Papel para Embalagem em 2009 segundo dados preliminares da Bracelpa – Associação Brasileira de Papel e Celulose. A Divisão Papel conta com quatro máquinas; uma delas utiliza Aparas como base para a sua produção. As demais máquinas, por sua vez, utilizam fundamentalmente celulose Kraft de produção própria.

A produção de papel no 4T09 teve incremento de 3,4% e 10,0%, com relação ao 4T08 e 3T09, respectivamente. No ano a produção apresentou aumento de 9,5%, passando de 168.766 ton. em 2008 para 184.868 ton. em 2009. Nesse ano foram expedidas 186.987 ton. ante as 168.270 ton. de 2008.

A produção e destinação dos papéis produzidos em instalações próprias tiveram a seguinte composição em 2009:



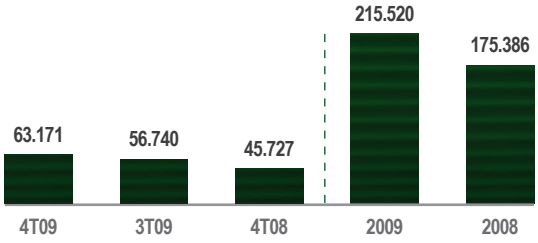


Na área florestal continuaram os investimentos em reflorestamento que asseguram o suprimento futuro de madeira para processo e biomassa, da fábrica de papel e celulose. No ano de 2009 houve uma redução de 9,75% na área reflorestada da empresa por conta da venda de uma propriedade (Fazenda Serraria Grande) no município de Caçador (SC). Foram plantados nesse ano 1.088 ha de Florestas de Pínus para utilização como madeira para processo, desses, 1.023 ha em terras próprias e 65 ha em propriedades de terceiros nas modalidades de parceria florestal e arrendamento. Também foram plantados 184 ha de Florestas de Eucaliptos em terras próprias para utilização como madeira para biomassa. No ano de 2009 foram vendidos ao mercado 68.940 metros estéreos de toras de pínus contra 70.700 metros estéreos do ano de 2008.

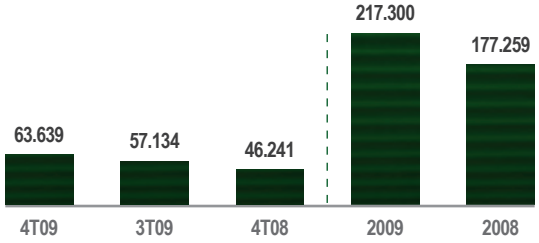
Divisão Embalagem

A Divisão Embalagem apresentou aumento na sua participação no mercado nacional de embalagens passando de 4,1% no ano de 2008 para 5,0% no ano de 2009, de acordo com dados de vendas da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO). A produção de embalagens em metros quadrados nas suas duas unidades cresceu no 4T09, 38,2% e 11,3%, se comparada ao 4T08 e 3T09, resultado da implementação da nova fábrica de Indaiatuba e da atualização tecnológica da fábrica de Vargem Bonita. Na comparação com 2008, o ano de 2009 fechou com uma produção 22,9% superior. O crescimento nas vendas manteve o ritmo, e o 4T09 apresentou um volume 37,6% e 11,4% superior ao 4T08 e 3T09, respectivamente. As vendas totais em metros quadrados apresentaram crescimento de 22,6% em 2009 quando comparadas a 2008, enquanto o mercado cresceu 0,78% no mesmo período, segundo dados da ABPO.

Produção total de embalagens
(em mil metros quadrados)



Venda total de embalagens
(em mil metros quadrados)



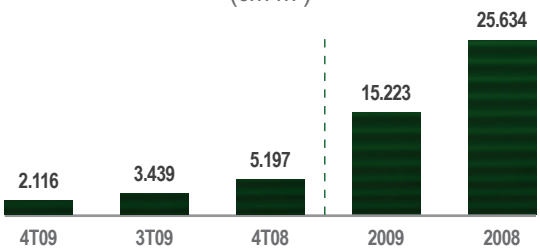
A comercialização de chapas e caixas de papelão ondulado seguiu os parâmetros do mercado nacional. Ao final de 2009, os preços médios das caixas de papelão ondulado mantiveram-se estáveis em relação aos praticados em dezembro de 2008, e os preços das chapas apresentaram uma redução de 3,0% em relação aos preços de 2008.

Divisão Móveis e Resinas

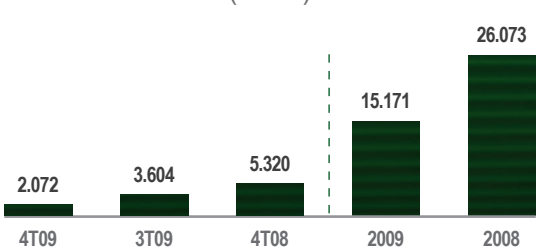
A Divisão Móveis e Resinas vende praticamente a totalidade da sua produção no mercado externo.

A fábrica de móveis teve, em 2009, significativa redução no volume de produção e vendas, justificada, basicamente, pela diminuição de produção em fábrica de terceiros decorrente da valorização do Real e da menor demanda do mercado internacional. A partir desse cenário foi implementada nova estratégia de operação do negócio para os próximos anos, que privilegia rentabilizar a operação através da produção em fábrica própria e venda no mercado interno através da subsidiária www.meumoveldemadeira.com.br.

Produção total de móveis*
(em m^3)

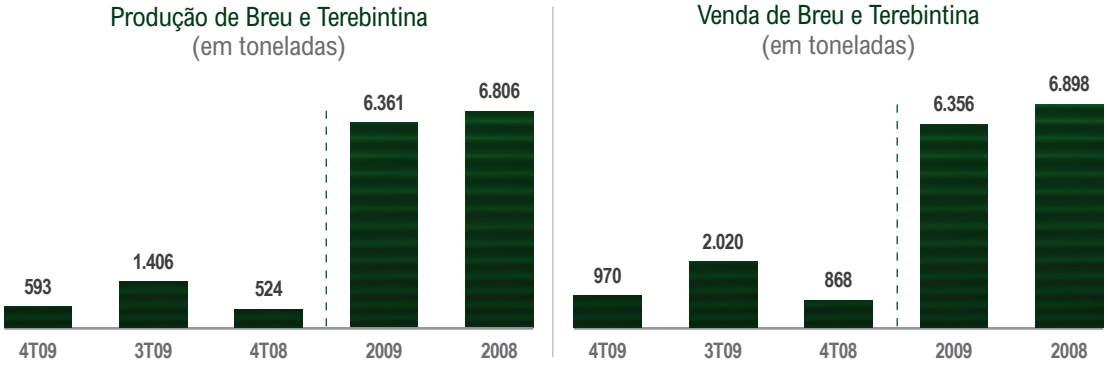


Venda total de móveis*
(em m^3)



* considerando produção própria + terceirizada

A Unidade Resinas, que tem sua produção direcionada ao mercado externo, produziu 593 ton. de breu e terebintina no 4T09, um aumento de 13,1% em relação ao 4T08 e redução em relação ao 3T09 devido ao período de entressafra. No ano de 2009 a produção foi 6,5% menor que 2008. As vendas de breu e terebintina no 4T09 foram 11,8% superiores quando comparadas ao 4T08. Em 2009 as vendas totais ficaram 7,8% abaixo do registrado em 2008.



Sustentabilidade

"Equilibrar aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a não comprometer o desenvolvimento das gerações futuras, com ética, transparência e envolvimento de todas as partes interessadas na empresa". Este é o conceito de Sustentabilidade pelo qual a empresa baliza suas atividades e desenvolve seus projetos.

Visando contribuir com a construção de uma sociedade mais desenvolvida, apoia as comunidades com as quais se relaciona diretamente e estabelece parcerias com entidades sólidas, que atuam no desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de buscar a sustentabilidade do seu negócio, investindo fortemente em tecnologias e projetos que beneficiam o meio ambiente.

A Celulose Irani, comprometida com o desenvolvimento sustentável, emite anualmente e de forma voluntária o Relatório de Sustentabilidade. Este é um documento através do qual a empresa mede, informa e presta contas às partes interessadas sobre o desempenho organizacional. A transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais torna-se um componente fundamental nas relações com os *stakeholders* e com o mercado em geral. A metodologia adotada segue as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI). O Relatório de Sustentabilidade de 2009, assim como o dos anos anteriores, foi submetido à verificação externa e a empresa *BSD Consulting* emitiu a declaração de garantia que visa avaliar o equilíbrio e a materialidade das informações.

Expedição de Caixas – Unidade Embalagem (SP)

Certificações

DESCRIÇÃO
Diretrizes propostas para que a qualidade no sistema de gestão seja assegurada em um processo de melhoria contínua.

UNIDADE CERTIFICADA
Papel, Embalagem SC, Embalagem SP e Móveis

DESCRIÇÃO
Assegura que a IRANI retira mais Gases de Efeito Estufa (GEE) da atmosfera do que emite.

UNIDADE CERTIFICADA
Todas as Unidades

DESCRIÇÃO
O Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvi Brasil) certifica em cinco estrelas o papel FineKraft para o uso de Mascaramento de Pintura.

UNIDADE CERTIFICADA
Unidade Papel para a linha FineKraft

DESCRIÇÃO
Atestam que o papel poderá entrar em contato direto com o alimento sem colocar em risco a saúde do consumidor.

A produção dos papéis da IRANI também atende à Portaria nº. 177/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com certificados emitidos por Cetea, IPT e UFSM.

UNIDADE CERTIFICADA
Unidade Papel para a linha FineKraft.

A marca do manejo florestal responsável
SW-FM/COC-003156
SW-COC-003147
SW-COC-003233
SW-COC-003361
Produtos FSC sob consulta
© 1996 Forest Stewardship Council A.C.

DESCRIÇÃO
Garante que a madeira produzida ou utilizada pela Empresa vem de uma floresta manejada de forma sustentável.

Certificação de Manejo Florestal: válida somente para florestas, reconhece que a produção florestal atende às normas do FSC.

Certificação de Cadeia de Custódia: garante que o produto foi fabricado seguindo rigoroso padrão em todo o processo produtivo, da floresta ao consumidor final.

UNIDADE CERTIFICADA
Certificação de Manejo Florestal: florestas próprias de Santa Catarina

Certificação de Cadeia de Custódia: Papel, Embalagem SC, Embalagem SP e Móveis

Destaques e Reconhecimentos em 2009

Prêmios e Reconhecimentos em 2009

A Empresa teve diversos reconhecimentos sociais, ambientais, de mercado e recursos humanos, reflexo das ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano. Entre os principais podemos destacar:

11º PRÊMIO EMPRESA CIDADÃ ADVB 2009

Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC

Categoria Preservação Ambiental

Prêmio Fritz Müller

Realização FATMA

Anuário Valor 1000 (Maiores Empresas)

Realização Revista *Valor Econômico*

Prêmio Benchmarking Ambiental Brasileiro

Realização Mais Projetos

AS MELHORES DA DINHEIRO

As Melhores da Dinheiro

Realização Revista *ISTOÉ Dinheiro*

6º Prêmio Brasil Ambiental

Prêmio Brasil Ambiental

Categorias MDL

Realização AMCHAM RIO

prêmio reabilitação profissional

Prêmio Reabilitação Profissional 2009

Case Panorama da Reabilitação Profissional na IRANI

Prêmio Febramec 2009

Categoria Emissão Atmosférica

Gases de Efeito Estufa (GEE)

Prêmio Expressão de Ecologia

Categoria Controle da Poluição

Setor Papel e Celulose

Prêmio Responsabilidade Social 2009

Realização Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

EMPRESA INOVADORA anpei

Selo Empresa Inovadora

Realização Anpei

Gestão do Desempenho Ambiental

Preservar o meio ambiente é uma das responsabilidades da Celulose Irani. Por esse motivo, a Empresa identifica, analisa, desenvolve e investe em ações que permitem minimizar os impactos ambientais causados em suas atividades produtivas, atuando sempre em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Como destaques na área ambiental estão os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Usina de Cogeração e do Tratamento de Efluentes e o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Por três anos consecutivos (2007, 2008 e 2009) a Empresa foi considerada *benchmarking* ambiental em nível nacional e recebeu várias outras premiações de nível nacional e regional.

Além de investir em tecnologias para preservar o meio ambiente, a IRANI, com o objetivo de conscientizar os colaboradores e os moradores das cidades de entorno, apoia e incentiva projetos no âmbito de educação ambiental. Por meio desses projetos, a Empresa dissemina a cultura de preservação e conservação do meio ambiente e procura fortalecer o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável.

Indicadores de Desempenho Ambiental

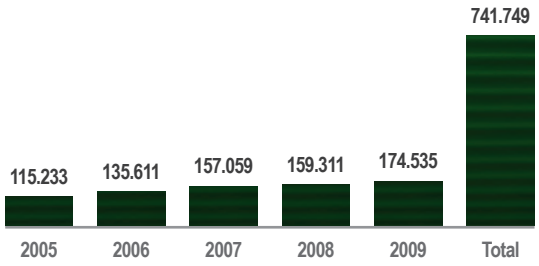
As reduções de emissões de gases de efeito estufa, na IRANI, se concretizaram com o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de pequena escala. Com o intuito de direcionar atividades com responsabilidade socioambiental, a Empresa implantou a Usina de Cogeração, em 2006, e modernizou a Estação de Tratamento de efluentes, em 2008, projetos que permitiram a geração de créditos de carbono pelo Protocolo de Kyoto. A Empresa contabilizou em 2009 receitas com créditos de carbono equivalente a R$ 3,2 milhões, já líquidos das despesas de intermediação da venda desses créditos.

Áreas de conservação – Floresta de Araucária – Vargem Bonita (SC)

MDL – Usina de Cogeração

O projeto está registrado na Organização das Nações Unidas (ONU) como *Irani Biomass Electricity Generation Project.* Teve aprovação em 07 de julho de 2006 e pode ser acessado através do site: http://cdm.unfccc.int/Issuance/cers_iss.html, sob o número 0404. As metodologias usadas no projeto são AMS 1.D, versão 7, que consiste em geração de eletricidade renovável substituindo a energia fornecida pela concessionária estadual e AMS III.E, versão 7, que consiste em evitar produção de metano pela utilização de combustão controlada de biomassa. Os insumos usados para gerar energia nessa usina são procedentes de resíduos de base florestal que substituem o uso de recursos naturais não renováveis. Assim é possível reduzir as emissões de gases poluentes como dióxido de carbono e metano gerados em maior quantidade na queima de combustíveis fósseis. Com a implantação dessa Usina, as Reduções Certificadas de Emissões obtidas entre 2005 e 2009 totalizaram 741.749 toneladas de CO_2e. Levando-se em conta o resultado obtido em 2009, a estimativa de redução de emissão de gás carbônico pela IRANI em 21 anos é de aproximadamente 3.665.235 toneladas de CO_2e.

Reduções Certificadas de Emissões – Usina de Cogeração (toneladas CO_2e)



Usina de Cogeração de Energia – Unidade Papel – Vargem Bonita (SC)

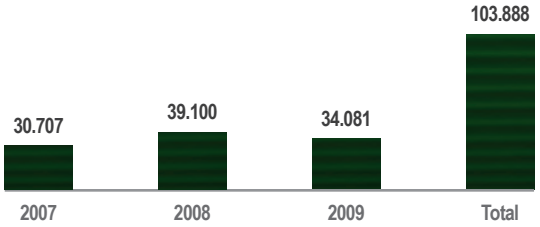
MDL – Modernização da Estação de Tratamento de efluentes

O projeto está registrado na ONU como *Irani Wastewater Methane Avoidance Project*. Foi aprovado em 19 de janeiro de 2008 e pode ser acessado através do site: https://cdm.unfccc.int/Projects/registered.html, sob o número 1410. A Metodologia usada é AMS-III.I, versão 6, datada de 10/08/07, que consiste em evitar a produção de metano no tratamento de águas residuárias por meio da substituição de lagoas anaeróbias por sistemas aeróbios.

A modernização foi realizada com o intuito de substituir a degradação anaeróbica (sem oxigenação) pela degradação aeróbica (com oxigenação) da matéria orgânica, evitando, assim, a emissão de metano, um gás de efeito estufa que provoca o aquecimento global. O novo sistema de tratamento é conhecido como tratamento secundário através de lodo ativado com aeração prolongada, um dos métodos biológicos mais eficientes, o qual evita que o lodo fique depositado no fundo das lagoas e gere metano.

As Reduções Certificadas de Emissões obtidas entre 2007 e 2009 totalizaram 103.888 toneladas de CO_2e. Levando-se em conta o resultado obtido em 2009, a estimativa de redução de emissão de gás carbônico pela IRANI em 21 anos é de aproximadamente 715.701 toneladas de CO_2e.

Reduções certificadas de emissões – Tratamento de efluentes (toneladas CO_2e)



Em tecnologias limpas, projetos e ações que beneficiam o meio ambiente, a empresa investiu em 2009 o valor de R$ 1,5 milhão.

INVENTÁRIO DE GEE (Gases de Efeito Estufa)

Anualmente a Celulose Irani realiza a verificação do inventário de GEE (Gases de Efeito Estufa) através de organismo certificador. A auditoria é realizada de acordo com a NBR ISO 14064:2006. Durante os anos de 2006, 2007 e 2008 foi constatado que a Irani é carbono neutro por natureza, ou seja, remove mais GEE da atmosfera do que emite. No mês de abril de 2010, estaremos auditando e certificando o inventário correspondente ao ano de 2009.

A partir da verificação do inventário por organismos externos, a Empresa objetiva obter uma declaração independente sobre a qualidade do inventário, para assegurar aos usuários do documento mais confiabilidade dos resultados de suas emissões.

A remoção de carbono na IRANI ocorre em função do grande volume de florestas plantadas. Como benefício aos clientes da Empresa e à sociedade como um todo, para cada tonelada de papel produzido são sequestradas 3,90 toneladas de CO_2e.

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, além de orientar ações de redução de impactos ambientais, procura identificar oportunidades de novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aumenta a transparência em sustentabilidade ambiental da IRAN, fortalece a confiança dos investidores, auxilia na identificação de riscos e facilita o plano de gestão ambiental da Empresa.

Com o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a IRANI se tornou a primeira empresa brasileira a obter o certificado pela norma internacional ISO 14.064, do ano de 2006, relacionada à quantificação e à verificação de GEE.

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Recursos Humanos

O ano de 2009 encerrou com um quadro efetivo de 1.756 colaboradores. Comprometida com a melhoria do clima organizacional interno, a Empresa investe em capacitação dos colaboradores, benefícios, saúde, segurança e qualidade de vida, além de priorizar a comunicação direta entre lideranças e equipes, visando sempre a Gestão Participativa e valorizando a diversidade dos seus colaboradores.

Em 2009 foram investidos R$ 8.029 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde; R$ 721 mil em capacitação e aprimoramento pessoal e R$ 40 mil no Programa de Participação nos Resultados (PPR).

Sociedade

A Empresa preocupa-se com o bem-estar dos moradores das comunidades onde atua e contribui para a diminuição das desigualdades sociais. Como parte de suas ações em benefício da sociedade, a Empresa incentiva e patrocina projetos educacionais, culturais e esportivos visando sempre a continuidade das ações e o auto desenvolvimento dos públicos atendidos.

Estão entre os projetos desenvolvidos: Junior Achievement, Investimentos e Revitalização da Comunidade de entorno do Parque Fabril – Campina da Alegria em Vargem Bonita (SC), o projeto de geração de renda denominado Projeto Broto do Galho, Jornal Conversa Aberta – Canal de Comunicação da Empresa com a Comunidade (Vila Campina da Alegria), Programa Jovem Aprendiz, Brinde Social, doações e patrocínios e outros projetos apoiados via Incentivo Fiscal.

Para esses projetos, outras doações e patrocínios sociais foram destinados um total de R$ 214 mil em 2009.

INVESTIMENTOS

A Companhia mantém sua estratégia de investir na modernização e automação dos seus processos produtivos. Os investimentos realizados contabilmente em 2009 somaram R$ 20.297 mil, assim distribuídos:

Prédios e Construções	R$ 1.704 mil
Equipamento e Instalações	R$ 14.640 mil
Bens em arrendamento mercantil	R$ 366 mil
Florestamento e Reflorestamento	R$ 3.587 mil
Total	**R$ 20.297 mil**

Os investimentos desse ano foram direcionados basicamente para manter e modernizar as fábricas e operações industriais, com o objetivo de melhorar os processos e produtos fornecidos pela Celulose Irani S.A.. Os grandes investimentos foram realizados em 2007 e 2008 através do Projeto Superação que ampliou e modernizou as fábricas de Papel e Embalagem.

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da IRANI é representado por 8.104.500 de ações, sendo 7.463.987 ordinárias e 640.513 preferenciais.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Administração da Cia está propondo a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2009, no valor de R$ 3.872 mil, correspondentes a R$ 0,52 por ação preferencial e R$ 0,47 por ação ordinária. Sobre esses valores não haverá incidência de Imposto de Renda.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

No ano de 2009 ocorreram por parte dos nossos Auditores Independentes prestações de serviços de consultoria no diagnóstico para a implantação do IFRS – International Financial Reporting Standards, trabalho este iniciado em 2008 e que teve continuidade em 2009.

PERSPECTIVAS

As expectativas para 2010 são de melhoras significativas da economia brasileira e de retomada do crescimento mundial. Espera-se uma contínua melhoria das margens de EBITDA e da rentabilidade líquida dos negócios, fruto do cenário mais favorável e da nova condição de competitividade da Empresa após o Projeto Superação. A Companhia também está em fase final de emissão de debêntures que visa alongar a dívida de curto prazo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho evidenciado nesse período, aos nossos acionistas, pela confiança, e aos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio indispensável ao crescimento e desenvolvimento da Celulose Irani S.A. durante o ano de 2009.

Porto Alegre, março de 2010

A DIRETORIA

Presidente

Péricles de Freitas Druck

Diretor Superintendente

Pericles Pereira Druck

Diretoria de Negócios Florestal

Marcos Stolf

Diretoria de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Odivan Carlos Cargnin

Diretoria de Negócios Móveis

Ronald Heinrichs

Diretoria de Negócios Papel e Embalagem

Sérgio Luiz Cotrim Ribas

Coordenação Geral do Relatório Financeiro

Diretoria de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Odivan Carlos Cargnin (odivancargnin@irani.com.br)

Coordenação de conteúdo e editorial Relações com Investidores

Adriana De David Wagner (adrianawagner@irani.com.br)

Coordenação de produção editorial e gráfica

Elaine Silva (elainesilva@irani.com.br)

Fotos

Camila Waskiewic

Sirnei Strapassola

Projeto Gráfico

Pixspin Comunicações

pixspin.com.br

www.irani.com.br

Tiragem 550 exemplares

Distribuição Clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas, governos, comunidade e demais stakeholders

Impressão Maio de 2010

Capa impressa em papel FlatKraft 200 g/m²

Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de florestas bem manejadas e outras fontes controladas
www.fsc.org Cert no. SW-COC-002186
© 1996 Forest Stewardship Council

O selo FSC garante que este produto foi impresso em papel FSC.